



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA  
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE  
CURSO DE ETNODESENVOLVIMENTO**

**DISCENTE: ADRIANO SOARES BARBOSA**

**ACORDOS DE PESCA NA COMUNIDADE ITINERANTE DO JOROCA QUE SE  
FORMA A PARTIR DA COMUNIDADE ESPÍRITO SANTO DO TAUÁ – SANTO  
ANTONIO DO TAUÁ – NORDESTE DO PARÁ**

**SOURE – PA**

**2019**

**DISCENTE: ADRIANO SOARES BARBOSA**

**ACORDO DE PESCA NA COMUNIDADE ITINERANTE DO JOROCA QUE SE  
FORMA A PARTIR DA COMUNIDADE ESPÍRITO SANTO DO TAUÁ – SANTO  
ANTONIO DO TAUÁ – NORDESTE DO PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Etnodiversidade de curso de Etnodesenvolvimento Campus de Altamira, Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento.

**Orientador: Prof. Dr. Gustavo Goulart  
Moreira Moura**

**SOURE – PA**

**2019**

## Sumário

<b>1. Introdução</b> .....	05
<b>2. Contextualização de Município de Santo Antônio do Tauá</b> .....	11
<b>3. Contextualização da comunidade de Espírito Santo do Tauá</b> .....	14
<b>4. Justificativa</b> .....	20
<b>5. Objetivos</b> .....	25
5. 1 Objetivo Geral.....	25
5. 2 Objetivos Específicos.....	25
<b>6. Metas</b> .....	26
<b>7. Metodologia</b> .....	26
<b>8. Detalhamento das Metas</b> .....	27
8. 1 Meta 01: Mobilização.....	27
8. 2 Meta 02: Parcerias.....	27
8. 3 Meta 03: Oficinas de Formação.....	29
8.3.1 Oficina de Apresentação do Plano de Ação.....	29
8.3.2 Oficina de Capacitação.....	30
8.2.3 Oficina de Apresentação dos Diagnósticos dos Problemas.....	31
8. 4 Meta 04: Assembleia Comunitária.....	32
8. 5 Meta 05: Produção de Documento.....	33
<b>9. Cronograma de Atividades</b> .....	33
<b>10. Orçamento para Realização do Plano de Ação</b> .....	34
<b>11. Considerações Finais</b> .....	35
<b>12. Referencias</b> .....	36
<b>13. Anexos</b> .....	38
AnexoA.....	38
Anexo B.....	40
Anexo C.....	41
<b>14. Apêndices</b> .....	42
Apêndice A.....	42
Apêndice B.....	42
Apêndice C.....	43
Apêndice D.....	44
Apêndice E.....	45

## **Resumo**

O presente trabalho é um plano de ação coletivo construído junto a comunidade de Espírito Santo do Tauá, município de Santo Antônio do Tauá - PA, sito na PA – 242 – nordeste paraense. A partir de nossos conhecimentos tradicionais identifiquei alguns problemas como conflitos intercomunitários gerados pela implantação do parque pesqueiro industrial nos municípios de Belém, distrito de Icoaraci, Vigia de Nazaré e Bragança e o fornecimento de documentos provisórios de posse de terra concedida pela gerência Regional de Patrimônio da União (GRPU), regional Pará. O objetivo do plano é discutir um acordo de pesca no território pesqueiro da comunidade Itinerante do Joroca. Para atingir este objetivo, foi realizado um processo de pesquisa-ação durante os Tempos Comunidades (TC) e socializado durante as discussões com os docentes e colegas do Curso de Etnodesenvolvimento no período dos Tempos Universidade (TU), sobre as problemáticas e potencialidades, os processos históricos de luta e resistência e a importância da autonomia dos comunitários na gestão dos seus territórios e recursos. Durante o processo de pesquisa-ação na comunidade, a pesca artesanal resiste até hoje há anos de exploração dos recursos pesqueiros ocorridos a partir das décadas de 1970 e 1980. Para atingir objetivo e diante da problemática levantada, este Plano de Ação propõe a articulação das famílias e entidades de base local, o diálogo, o debate e uma maior reflexão sobre os principais problemas que afetam as atividades pesqueiras, a elaboração da minuta dos acordos de pesca, formação do núcleo gestor e das regras para a gestão dos recursos naturais, promovendo a autogestão do território de pesca, a segurança alimentar, a autonomia das famílias envolvidas e a valorização dos saberes tradicional.

**Palavra- chave:** comunidade tradicional de pesca, território de pesca, etnodesenvolvimento, Amazônia.

## 1. Introdução

O curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento, ofertado pela Universidade Federal do Pará, sediado no Campus de Altamira e flexibilizado no campus de Soure – Marajó, é realizado em regime seriado a partir da pedagogia da alternância, com períodos letivos intensivo-modulares, organizados em momentos presenciais em sala de aula, e momentos nas comunidades às quais pertencem os estudantes indígenas, quilombolas, extrativistas e comunidades tradicionais, obedecendo a um calendário próprio segundo demanda do público por ele atendido. (PPC, 2008, p. 3).

O referido curso funciona no período intervalar, ou seja, nos meses de janeiro/fevereiro e julho/agosto, num regime de pedagogia da alternância, compreendendo um Tempo Universidade (TC), momento em que os alunos participam presencialmente das disciplinas ministradas pelos docentes e um Tempo Comunidade (TC), momento destinados à realização de intervenções, diagnósticos e estudos. (BARROS, 2015, p. 191)

De acordo com Parente (2015, p. 171-172) “o curso de Etnodesenvolvimento se insere nas políticas afirmativas da Universidade Federal do Pará (UFPA) e é voltado aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais”. Desta forma, por ser pescador artesanal a minha inclusão no meio acadêmico é resultado desse processo de construção e reconhecimento de direitos e deveres entre a Universidade e a comunidade de Espírito Santo do Tauá.

A graduação em Etnodesenvolvimento apresenta uma proposta específica para povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais da Amazônia. Na turma de 2016, da qual faço parte, há representações de Quilombolas (municípios de Salvaterra, Barcarena, Gurupá e Baião); Agricultores e agricultoras (municípios de Curralinho, Igarapé Miri e Muaná); Extrativistas da Reserva extrativista de Mapuá (município de Breves); pescadores e pescadora (municípios de Santo Antônio do Tauá e Igarapé Miri).

O curso se destina aos povos indígenas e populações tradicionais da Amazônia, abrigando, pescadores artesanais, ribeirinhos, agricultores familiares, quilombolas, indígenas de diferentes etnias, dentre outras categorias sociais, dos mais diferentes territórios do estado do Pará, como Transamazônica, Xingu e Arquipélago do Marajó. (BARROS, 2015, p. 191)

O profissional em Etnodesenvolvimento licenciado e gestor formado pelo curso deverá ter como meta de ação cotidiana o diálogo efetivo de conhecimentos entre as partes envolvidas, gerindo informações bem como assimetrias de poder entre os segmentos sociais presentes à situação de intervenção, produzindo estratégias de superação dessas assimetrias. Segundo Freire (1996), esse processo de ensino-aprendizagem está ligado ao ciclo gnosiológico, do conhecimento humano, do ensino e aprendizagem como o momento de

trabalhar a partir dos conhecimentos já existentes e da produção de conhecimentos ainda não existentes.

Nessa mesma perspectiva, eu enquanto pescador artesanal e acadêmico representante da comunidade de Espírito Santo do Tauá a qual pertenço tenho a responsabilidade de representar a voz do meu povo, ajudar a criar mecanismo de resistência em qualquer que seja as instâncias em que estiver, principalmente quando se trata de projetos de desenvolvimento no âmbito governamental e empresarial.

O presente trabalho é um plano de ação coletivo construído junto à comunidade pesqueira de Espírito Santo do Tauá – município de Santo Antônio do Tauá, Nordeste - PA, processo colaborativo das famílias, parceiros e parceiras de atividades, interlocutores e interlocutoras dos Tempos Comunidade (TC), que em momento algum se negaram em fornecer informações tão importantes que resultou na definição da proposta de ação.

Os diálogos descritos neste trabalho são experiências e práticas vivenciadas pela comunidade. Os conhecimentos tradicionais são fundamentados em nossas ancestralidades, que há gerações vêm garantindo nossos modos de vida e conservando nosso território. A relação de reciprocidade com a natureza se estabelece conhecendo o ciclo de vida das espécies de peixe, animais, plantas e florestas, os ventos e sua influência nas atividades da pesca, as quais nos permite criar o próprio calendário ecológico, etc. (MOURA, 2017; DIEGUES, 1999; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009).

O território tradicional como pertencimento de nossos conhecimentos e identidade abrange sucessivas discussões no campo científico. Segundo Nietschmann (1989 apud MOURA, 2017, p.83):

O território é uma produção conceitual (produção de conhecimento) a partir do espaço. No entanto, não é apenas um território que permanece nos limites dos conhecimentos e nas relações sociais definidas pela produção do conhecimento, mas também produzidas pelas práticas sociais (uso de recursos naturais) e de poder (alocação de recursos naturais) sobre os espaços reconhecidos pelos grupos.

Os territórios para os grandes empreendimentos são entendidos como propriedade e, assim sendo, como uma mercadoria que possui valoração monetária. Para nós, de comunidades indígenas e tradicionais, o território é o nosso bem viver, carregado de espiritualidade, cultura, saberes, alicerçado de sentimentos pela mãe terra, rios-florestas-encantados-humanos. É a nossa herança deixada por nossos ancestrais.

Durante minha vivência no espaço acadêmico e as experiências compartilhadas nos tempos universidades, destaco os debates feitos em salas de aulas e as atividades de pesquisas

desenvolvidas na comunidade. Esses momentos me fizeram compreender sob o ponto de vista da teoria uma visão diferenciada a respeito dos conceitos de desenvolvimento sustentável no que se refere ao interesse do capital e as comunidades tradicionais.

Ao desenvolver pesquisas dos Tempos Comunidades e a Iniciação Científica, estudei e realizei seis pesquisas de campo, quando dialoguei com 15 interlocutores cujos nomes são Alexa Thalia Jardim da Silva 19 anos agricultora, Antônio Rosa Silva Damasceno 64 anos pescador, Aloisio Barata da Silva 56 anos pescador, Antônio Marcio Ferreira da Silva 44 anos pescador, Benedito Correa dos Santos 79 anos agricultor, Fausta Carvalho Jardim 76 anos agricultora, Felício Medeiros Barata 66 anos pescador, Jean Ricardo Jardim da Silva 18 anos agricultor, Jorgina Jaira dos Santos da Mascena 45 anos agente de saúde, Leonila Barata 82 anos agricultora, Maria Adelina da Conceição Varela 82 anos parteira e benzedeira, Maria Izabel Varela de Freitas, 76 anos, agricultora, Zacarias 80 anos pescador, Rosinete Soares Barbosa 71 anos agricultora, Ronaldo Soares Barbosa 46 anos pescador, todos residentes na comunidade de pertença, são pescadores, agricultores, parteiras e benzedeiros, mulheres, negros, idosos e jovens, categorias que historicamente sofrem diversas violações de direitos e restrições de participação e valorização na sociedade.

As modalidades das entrevistas foram feitas no coletivo e individualmente, nas residências e nos locais de trabalho, as pessoas envolvidas tinham entre 18 a 82 anos de idade, o tempo para cada depoimento estipulou-se entre quarenta e cinco minutos a duas horas de tempo perfazendo um total de 29hs e 40min. Com auxílio de caderno de campo para registro escrito e um celular para gravação em áudio, realizando até duas entrevistas por dia para levantamento de informações quantitativas e qualitativas.

Outro método atribuído quando se trata do lugar de fala foi a autoetnografia que tomou como referência a comunidade de pertença. Versiani (2002) ressalta a importância na conquista da visibilidade de sujeitos ligados a grupos minoritários em se atribuir lugar de fala a quem fala, “destruindo a cultura do representar o outro”. Ainda conforme a autora:

É através da aproximação entre estas reflexões teóricas sobre a construção de autobiografias e etnografias, e da implícita alteração do papel do teórico/crítico literário e do antropólogo diante destas formas discursivas que acredito ser possível fundamentar o conceito da autoetnografia. Uma alternativa conceitual útil a pesquisadores da cultura preocupados em superar uma série de dicotomias predominantes na reflexão teórica dedicada tanto as autobiografias e quanto as etnografias, aqui denominadas escritas de construção, de selves: o Mesmo versus o Outro, subjetividade versus alteridades, individual versus coletivos, Sujeitos versus Objetos, etc. (VERSIANE, 2002, p. 64).

Na mesma lógica, também utilizei como método de investigação a pesquisa-ação, que tem como característica a participação dos sujeitos que estão envolvidos no processo de pesquisa e, no meu caso, cabendo os dois papéis, de pesquisador e participante. Segundo Franco (2005), para essa metodologia de pesquisa é importante sinalizar a necessidade dialógica de consciência entre as diferentes técnicas usadas, e resultados que se almeja alcançar. Sobre esse método, a autora cita:

A pesquisa-ação crítica considera a voz do sujeito, sua perspectiva, seu sentido, mas não apenas para registro e posterior interpretação dos pesquisados: a voz do sujeito fará parte da tessitura da metodologia da investigação. Nesse caso, a metodologia não se faz por meio das etapas de um método, mas se organiza pelas situações relevantes que emergem no processo. Daí a ênfase no caráter formativo dessa modalidade de pesquisa, pois o sujeito deve tomar consciência das transformações que vão ocorrendo em si próprio e no processo. É também por isso que tal metodologia assume o caráter emancipatório, pois mediante participação consciente, os sujeitos da pesquisa passam a ter oportunidade de se libertar de mitos e preconceitos que organizam suas defesas à mudança e reorganiza a sua autoconcepção de sujeitos históricos. (FRANCO, 2005, p.486).

As informações levantadas na comunidade durante as pesquisas dos TCs apontaram diversos temas que tem relação com os problemas vividos no cotidiano e dão subsídio para o desenvolvimento de um Plano de Ação, requisito parcial para a conclusão do curso. A comunidade tradicional e a universidade são atores importantes na implementação do mesmo.

Estas ações do TC são geralmente empreendidas em cada localidade dos graduandos, sendo desenvolvida nos meses subsequentes a cada TU, em estreita interação com as disciplinas trabalhadas. A relação entre teoria e prática é, portanto, bastante valorizada no curso, permitindo aprendizado pertinente a partir de visão dialógica. (BARROS, 2015, p. 191).

Nesse sentido, a definição do tema apresentado como proposta para construção do plano de ação teve início em setembro de 2018 na reunião organizada por mim e Ana Laide Soares Barbosa da turma 2016, juntamente com os colegas de curso Ronaldo Soares Barbosa turma 2014, Adenilse Barbosa e Barbosa e Elielse Ferreira Borrallhos da turma 2015, com a esta finalidade (ver Figura 1) abaixo.



Figura 1: Reunião de apresentação e escolha do tema.

(Fonte: Adriano Barbosa (2018))

Dessa forma, as propostas apresentadas pelos comunitários foram: casa da cultura, protocolo de consulta, etnoictiologia da pesca, políticas públicas na área de educação, saúde e meio ambiente, organizações sociais comunitárias, entre outros. De início falei de minha finalidade em construir um plano de ação de conclusão de curso abordando o tema casa da cultura. Porém, no decorrer das atividades para definição e estruturação do tema, identificou-se que o acordo de pesca seria uma alternativa de por fim aos conflitos existentes entre pescadores/as artesanais na disputa por espaços de trabalho no rio do Joroca, parte de nosso território tradicional de pesca, localizado próximo ao município de Santo Antônio do Tauá (PA).

A partir da minha entrada no curso de graduação em Etnodesenvolvimento, a minha família e a minha comunidade Espírito Santo do Tauá a qual pertenço são parte no processo de construção e compartilhamento de experiências e saberes tradicionais, ou seja, a minha inserção na academia é a integração entre a universidade e o meu grupo de pertença.

Ser pesquisador me fez perceber a riqueza de informações existentes e presente nas pessoas entrevistadas e investigar a fundo as histórias que deram origem a formação de minha comunidade e sua ancestralidade e ao mesmo tempo a diversidade de conhecimento, saberes e práticas tradicionais guardados por cada interlocutor. Permitiu-me compreender também que as histórias individuais ou coletivas, narradas e entendidas de formas distintas pelos meus pares da comunidade são essenciais para formação da identidade do meu grupo de pertença.

No processo trabalho de campo vivenciei uma experiência nova e ao mesmo tempo desafiadora. As dificuldades encontradas para desenvolver a escrita nas pesquisas e sistematizar os dados foram e é um desafio, mas não desanimei. Uma das diretrizes do curso de Etnodesenvolvimento é propor a nós identificar e registrar os problemas enfrentados, divulgar e cobrar das autoridades e órgãos competentes utilizando a escrita como um instrumento de luta, o reconhecimento do nosso território, a garantia de nossos direitos e a importância de nossa existência.

Este plano de ação é também resultado da pesquisa de iniciação científica (IC)<sup>1</sup> direcionado ao nosso território tradicional de pesca que teve o papel importante no processo de investigação no campo de informações para coleta de dados, que resultou na produção de relatórios, problematizando os desafios da comunidade e apontando alternativas para implantação do projeto.

Para mim e a comunidade que represento é de fundamental importância na hora das tomadas de decisões entender estes conceitos de desenvolvimentos econômicos e sustentáveis pautados nos projetos de ferrovias, petrolíferas e portos a serem implantados na região com intuito de explorar nossos recursos florestais e aquáticos nos submetendo ao abandono e ao descaso pelas partes interessadas.

Assim, este trabalho visa aos interesses coletivos dos pescadores/as artesanais da comunidade Espírito Santo do Tauá, de registrar e dar visibilidade ao nosso território tradicional e suas potencialidades produtivas de forma a garantir a permanência e conservação dos nossos recursos pesqueiros, bem como os saberes e práticas tradicionais, tendo como perspectiva, melhorias nas condições de trabalho, a reprodução das espécies, aumento da renda familiar, promovendo o Etnodesenvolvimento local.

No item a seguir destacarei informações levantadas pelos Tempos Comunidades concedidas pelos interlocutores durante as entrevistas, dialogando sempre com a produção científica produzida no Brasil. Neles busco dialogar as informações narradas com a bibliografia levantada de modo a construir um registro histórico da minha comunidade de pertença problematizando e contextualizando os dados bem como apontar possíveis estratégias de ação a melhorar o acesso às áreas de pesca artesanal.

---

<sup>1</sup> Título do Projeto de Pesquisa: Tempo-espço na Amazônia: multicalendários e multiterritorialidades em comunidades tradicionais de pesca: título do plano de trabalho: comunidades itinerantes de pesca na Amazônia que se formam a partir da comunidades Espírito Santo do Tauá – Santo Antônio do Tauá – PA, período 01/08/2018 a 07/01/2020: orientador prof. Dr. Gustavo G. M. Moura.

## 2. Contextualização do Município de Santo Antônio do Tauá – Nordeste Paraense

O município de Santo Antônio do Tauá está localizado na Microrregião do Salgado, Região Nordeste do Estado do Pará, Amazônia Brasileira, na coordenada geográfica: 01°09'06 e 48°08'00" WGr a área do município é de 539Km<sup>2</sup> e sua população está estimada em 29.000 habitantes (IBGE, 2016). Limita-se ao Norte com o município de Vigia de Nazaré, Colares e São Caetano de Odivelas; a Leste com o Município de Castanhal; ao Oeste com o município de Santa Barbara do Pará; e ao Sul com o município de Santa Izabel do Pará.

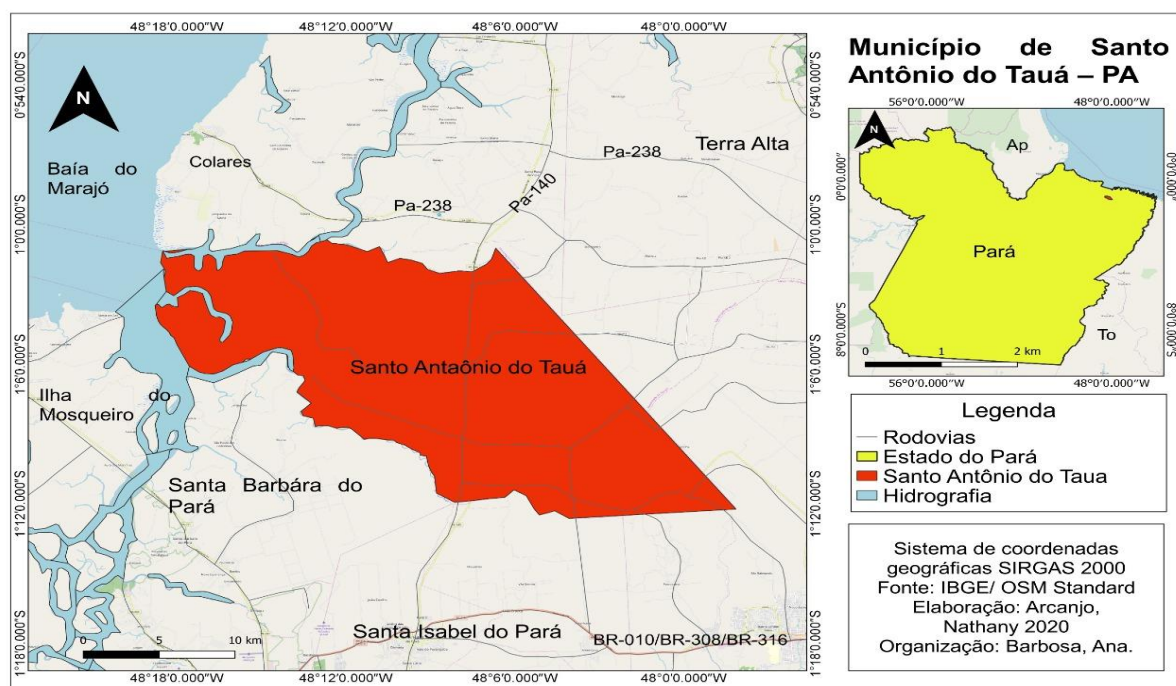


Figura 02: Localização do município de Santo Antônio do Tauá – PA

(Fonte: Ana Laide (2019))

A primeira tentativa de constituir o Município se deu por meio da Lei nº 1.127, de 11 de março de 1955, a qual foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal no mesmo ano. O Governo do Estado do Pará, no ano de 1956, tornou insubsistente o desmembramento. No ano de 1961, Santo Antônio do Tauá emancipou-se de Vigia de Nazaré, através da Lei Estadual nº. 2.460/61 de 29 de dezembro de 1961, oficializado pelo então governador Sr. Aurélio Corrêa do Carmo em 04 de abril de 1962. Desde então a comunidade Espírito Santo do Tauá, pertence a este município com as mesmas características econômicas produtivas de 1963, passando a ser a comunidade mais importante do município por ter sua economia baseada na pesca, no agroextrativismo e na agricultura (BRIOSO, 1976). Há estudos que apontam diversos grupos étnicos que já ocupavam a Amazônia antes da chegada dos europeus. Pereira (1914, p.80) afirma que.

[...] os vestígios encontrados, pinturas rupestres e cerâmicas nos ajudam a conhecer um pouco da vida dos povos que habitavam a região até 11.200 anos atrás. Quando os europeus chegaram, encontraram uma enorme quantidade de grupos étnicos organizados com uma cultura própria, da qual herdamos muitos costumes como, por exemplo, o uso da mandioca e a confecção da cerâmica, artesanatos e a viver em consonância com a natureza além da culinária, pesca, agricultura, entre outros. Contudo, esses povos, nomeados indígenas, foram escravizados pelos europeus. [...] As invasões foram movidas pelos interesses nas riquezas escondidas nas florestas, principalmente as chamadas “drogas do sertão”<sup>2</sup> conjunto de especiarias de grande valor para os europeus [...].

As terras que atualmente pertencem ao município de Vigia de Nazaré eram ocupadas por povos indígenas da etnia Tupinambá. Com a chegada dos invasores portugueses esses povos foram expulsos de seus territórios, ou escravizados e submetidos ao trabalho nos engenhos de açúcar e outros foram mortos. Segundo Ildone (1991), havia aldeias composta por 230 indígenas, todos trabalhadores, e com organização política e social bem definida. Além disso, os portugueses eram os responsáveis de conceder as cartas sesmarias às comunidades, conforme o trecho do documento cedido pela igreja católica do município citado.

Ao mesmo tempo em que se preocupava com a “questão do índio”, a coroa portuguesa estimulava a ocupação. Nos rios Tauá e Bituba a ocupação por meio de sesmarias (cartas de doações de terras dadas pelo império Português) teve início em 1709, com doação de terras ao vigiense Francisco de Melo Palheta, conhecido como introdutor do café no Brasil. Sesmarias foram doadas, também, nos rios de Vigia (furo da Laura), Tauá – Jeju e Maracanã, na Baía do Sol e no Igarapé Patauateua os sesmeiros no geral eram portugueses e seus ascendentes que tinham interesse de implantar roçados de cacau, tabaco, algodão, laranja, mandioca e outros gêneros [...] (RAMOS, 1970, p. 1)<sup>3</sup>.

Há informação que a região, ao Norte do município, foi caminho dos cabanos no século XIX, movimento de resistência importante que ocorreu na região Norte, organizado pelos povos oprimidos, despossuídos e escravizados contra a tirania dos portugueses, mesmo após a independência do Brasil. O nome cabanagem é referência a forma de moradia dos que lutaram (PASQUALE, 1939; PINTO, 1974; BARROS, 2010). Acreditamos que nossa comunidade foi um dos caminhos e moradia dos cabanos.

Quando os cabanos se instalaram nas matas do município de Vigia e Vila de São Raimundo dos Borralhos, neste município, para chegarem até a capital do Estado, usavam os rios e por via terrestre, fizeram caminhos para só usarem a via fluvial a partir da Vila do Espírito Santo do Tauá e circunvizinhanças. [...] As vilas de São Raimundo dos Borralhos e Espírito Santo do Tauá, que naquela época não passava de minúsculos povoados, serviram de paragens aos cabanos quando no empreendimento da sua viagem à Belém do Pará. [...]. Na localidade atual de Fortaleza do Tauá, as margens do rio Tauá-Jeju, foi ainda no século passado, doado

<sup>2</sup>Cravinho, cominho, cacau, pimenta do reino entre outros.

<sup>3</sup> Ver documento completo no Apêndice D.

uma enorme área a uma escrava cabana, que motivou o início propriamente da hoje então Fortaleza do Tauá (BRIOSO, 1972, p. 62).

Os adeptos do movimento da Cabanagem instalaram-se nas matas do atual município de Vigia, inclusive na Vila de São Raimundo dos Borralhos e Espírito Santo do Tauá. Para atingir a Capital do Estado, os cabanos utilizavam-se dos rios ali existentes (Umbituba e Tauá), bem como dos caminhos que foram abertos, nos quais surgiram diversas povoações.

Em 1890, vieram para o Estado do Pará alguns espanhóis. O então Governador José Paes de Carvalho, objetivando povoar e incrementar a agricultura nesse território cedeu-lhes uma área de terras, nas expectativas de que os recém-chegados a explorassem e a cultivassem. Para isso, mandou construir três barracões que lhes serviram de alojamento e também lhes supriu de mantimentos até aguardarem a colheita dos produtos. Entretanto, a permanência desses espanhóis foi de curta duração, restando somente os três barracões.

Em 1901, deram entrada na Capital do Estado inúmeras famílias nordestinas chefiadas pelo major potiguar Manoel Cornélio Barbosa Cordeiro Peixoto, fundador da Cidade. Na ocasião, pleiteou e obteve do Governador Augusto Montenegro a mesma área de terras, antes doada aos espanhóis. Em consequência da implantação da agricultura e de um engenho de açúcar, a localidade desenvolveu-se, vindo a adquirir categoria de município, em 1961. (IBGE, 2017).

A criação do município trouxe alguns serviços básicos a nossa comunidade, a saber: acesso à educação básica<sup>4</sup> acesso à educação ginásial (5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série); posto de saúde com atendimentos básicos assistidos por uma enfermeira e na cidade os comunitários contavam com posto de saúde com médico e dentista; água encanada que abastecia as torneiras através de uma caixa d'água<sup>5</sup> e estrada asfaltada e transporte da prefeitura para os estudantes.

Além dos serviços básicos, outras estruturas vieram com a fundação do município para a comunidade como a escola municipal, o mercado municipal, o trapiche, o coreto, energia a motor diesel (gerava energia das 18hs às 21hs). Vale ressaltar ainda que o abastecimento de energia elétrica (Celpa), a escola estadual, água encanada, posto de saúde, transporte público e escolar foram resultado da luta incansável dos próprios moradores organizados através de grupos comunitários (associação de moradores e clube se mães) e comunidades Eclesiais de Base (CEBs), movimento que surge a partir da teologia da libertação na igreja católica.

---

<sup>4</sup> Foi construída a Escola Estadual Inácio Moura pelo governo do Estado do Pará no próprio município.

<sup>5</sup> Quando a caixa d'água foi inaugurada, o sistema de água funcionava de forma comunitária, ficando uma torneira em pontos estratégicos para beneficiar os moradores.

### 3. Contexto Histórico da Comunidade de Espírito Santo do Tauá

A comunidade de Espírito Santo do Tauá localiza-se na PA 242, no município de Santo Antônio do Tauá/PA. A distância da comunidade até o município é de 12 km, por via terrestre e também temos a ligação hidrográfica pelo rio Tauá e pela Baía do Guajará.

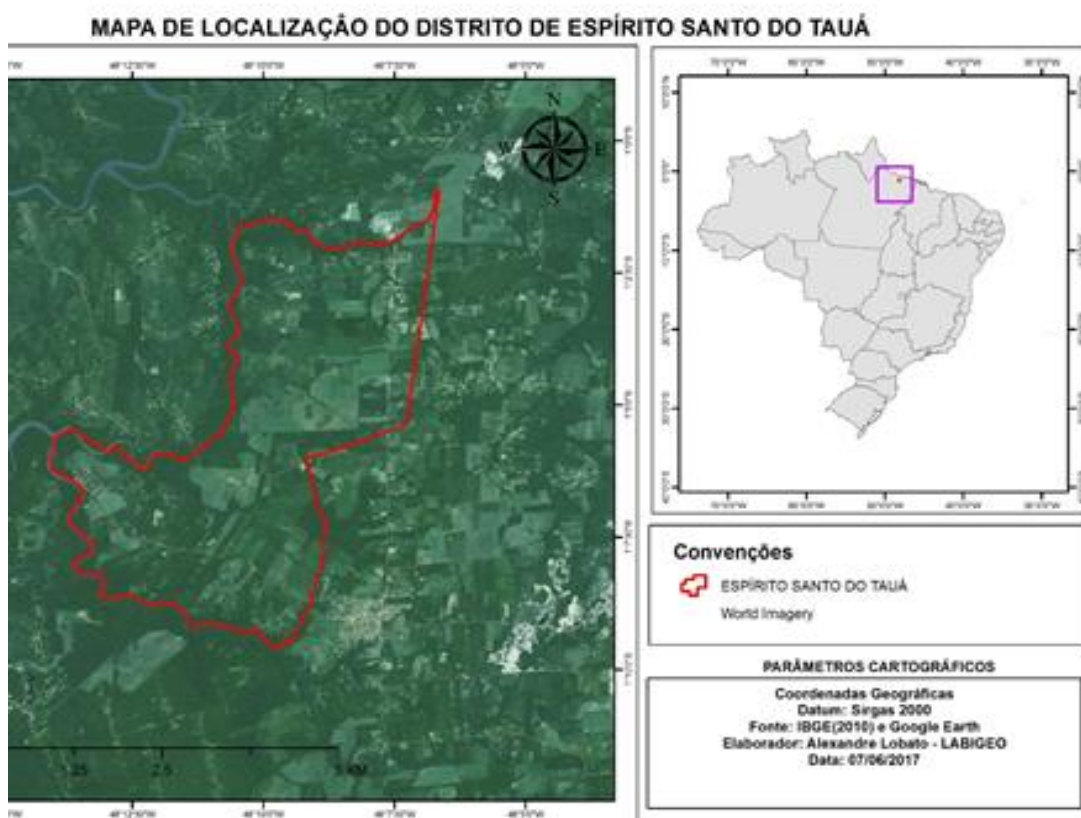


Figura 3 - Localização Geográfica do Distrito de Espírito Santo do Tauá.

(fonte: Ana Laide Barbosa, (2018)).

A minha comunidade de pertença Espírito Santo é banhada pelo Rio Tauá, tendo como base econômica a pesca, agricultura e o extrativismo que desde sempre fez parte do sustento das nossas famílias (coletivos). Além de sermos pescadores/as somos também considerados/as ribeirinhos/as, uma vez que a comunidade fica à margem do rio.

A formação do povo da comunidade se deu pelo contato dos povos indígenas escravizados pelos portugueses e mais tarde pelos negros (alguns vindos do Maranhão), vindo também na condição de escravo para as terras, hoje chamada Espírito Santo do Tauá. Segundo os entrevistados, os indígenas que vieram para cá, alguns migraram para outros lugares, como para Vigia de Nazaré. Estes povos formaram assim as comunidades tradicionais como: Baiano, São Estevão, Tracuateua e Vila de São Tomé, primeiro nome dado à comunidade de Espírito Santo do Tauá, que foi chamado posteriormente por muitos nomes São Tomé, Vila

do Prego, Tauá, Rio Tauá. O relato de um dos interlocutores deixa claro como se deu o nome da comunidade:

Por volta de 1800, chegou à Vila uma imagem (coroa) do Espírito Santo, trazida pelos portugueses, que doaram para a Igreja Católica, essa coroa se tornou um símbolo sagrado para os comunitários que hoje é o padroeiro da comunidade. (Benedito dos Santos, agricultor 79 anos).

Com a chegada da coroa houve nova mudança, por conta de dois fatores: o primeiro fator tem a ver com a Coroa do Divino Espírito Santo e o segundo com o rio Tauá, sendo uma palavra indígena que significa “barro amarelo”, encontrado em grande quantidade à margem do rio. Dessa maneira, denomina-se comunidade de Espírito Santo do Tauá.

Cabe salientar que a povoação de indígenas e negros na comunidade deixou para a posteridade um legado de elementos culturais o qual constitui a identidade popular local. É perceptível a presença desses elementos no dia a dia das pessoas principalmente as idosas, refletidos nos costumes, hábitos alimentares, conhecimentos de medicina natural, atividades trabalhistas tradicionais, etc. Outro aspecto é evidenciado nas denominações de alguns nomes de rios, igarapés, peixes, entre outros.

As histórias e acontecimentos relatados pelos mais velhos da comunidade apontam a existência dos povos que aqui habitavam, e constituiu esta comunidade. Sobre esse assunto o Sr. Antônio da Costa, pescador (em memória) dissera que seus antepassados chegaram pelo Rio Tauá, e disse:

Aqui na vila já foi visitada por muita autoridade. Um deles que não saia daqui era o governador do Pará Magalhães Barata, ele gostava muito daqui. Antes aqui tinha delegacia de polícia, tinha sapataria, cartório, lojas de roupas e cortes, alfaiate, padaria e foi à primeira vila que pertencia à Vigia a ser asfaltada. Nem em Vigia era asfaltada e aqui era. Tinha muita coisa! Era muito bom: era farto de muito peixe, tinha muita canoa, mas também era muito violento, tinha muita morte, o pessoal era brabo e resolvia tudo na faca. Essa Vila é muito velha, só eu tenho quase cem anos. (Entrevista concedida em 2011).

Em entrevista concedida no 3º TC – Tempo Comunidade, Benedito Correa dos Santos diz que não há nada escrito sobre a história da comunidade e relata:

Não há registro preciso da data de fundação da comunidade, só o relato das pessoas mais velhas. (...). A comunidade fazia parte do município de Vigia de Nazaré, que hoje tem mais de 400 anos. Então, nossa comunidade existe há pelo menos 300 a 350 anos. (Entrevista concedida em 2013).

O Sr. José Costa (conhecido como Zé prego), um dos membros da família Costa e Silva, relata que seus antepassados herdaram um documento de posse da terra, sendo que esse documento prova que sua família são uns dos herdeiros das terras da comunidade de Espírito

Santo do Tauá, conforme pode ser visto no Apêndice C. Essas famílias deram origem à Vila do São Tomé, primeiro nome da Vila, em homenagem ao santo de devoção católica, que também deu nome a um igarapé, do qual as pessoas retiravam água para lavar roupas, tomar banho, saciar a sede e outras utilidades.

A comunidade de Espírito Santo do Tauá tem várias narrativas e muitas não foram contadas por conta dos anciões que já faleceram e com eles as histórias. Através das entrevistas dos Tempos Comunidade, tive oportunidade de conversar com moradores mais antigos para conhecer um pouco mais o meu lugar. Os meus interlocutores relataram, por exemplo, que houveram conflitos das famílias (Soares, Pantoja, Correa e Cardoso) vindas do Itajuba e Baiano com os pescadores maranhenses de sobrenome Prego por causa da terra na margem direita do rio Tauá. Os conflitos causaram diversas mortes, em todas as famílias envolvidas resultando na saída da Vila da família Prego, que não era grande. Assim, as demais famílias supracitadas se apossaram das terras, construíram comércios, serrarias, lojas de tecidos, loja de materiais de pesca, barbearia e alfaiataria. Hoje essas construções não existem mais e nesse antigo espaço foi construída a praça da comunidade.

Manoel Soares era neto de português e um dos participantes do conflito pela terra com a família Prego. Em dias de festividades na comunidade, Manoel costumava dar dinheiro e bebidas alcoólicas as pessoas e depois as incentivava a brigarem com quem ele não gostava ou aqueles que iam contra suas ideias. As pessoas contam que o suposto Manoel era muito brigão e violento. A respeito disso, o Sr. Zacarias (80 anos, pescador artesanal) relatou “antigamente aqui era muito violento, as pessoas brigavam por qualquer motivo: posse de terras, ciúme, bebedeira (xingamento ou provocação), rivalidade, saia até morte”.

As entrevistas concedidas pelos mais velhos confirmam o que muitos outros idosos de comunidades vizinhas falam e até mesmo jornais da época: a Vila foi uma subprefeitura de Belém, ponto estratégico de embarque e desembarque de produtos da pesca, extrativismo vegetal (madeira), passagem revolta da cabanagem (PASQUALE, 1939) e lugar de muitos conflitos, como mostram os recortes dos jornais A República e o Democrata, de 1892 e 1893. Anúncios de conflitos e protesto na comunidade<sup>6</sup> indicam proximidade com os relatos dos mais velhos.

---

<sup>6</sup> Como pode ser visto nos referidos jornais, a comunidade já foi chamado lugar Tauá, rio Tauá, hoje Espírito Santo do Tauá,

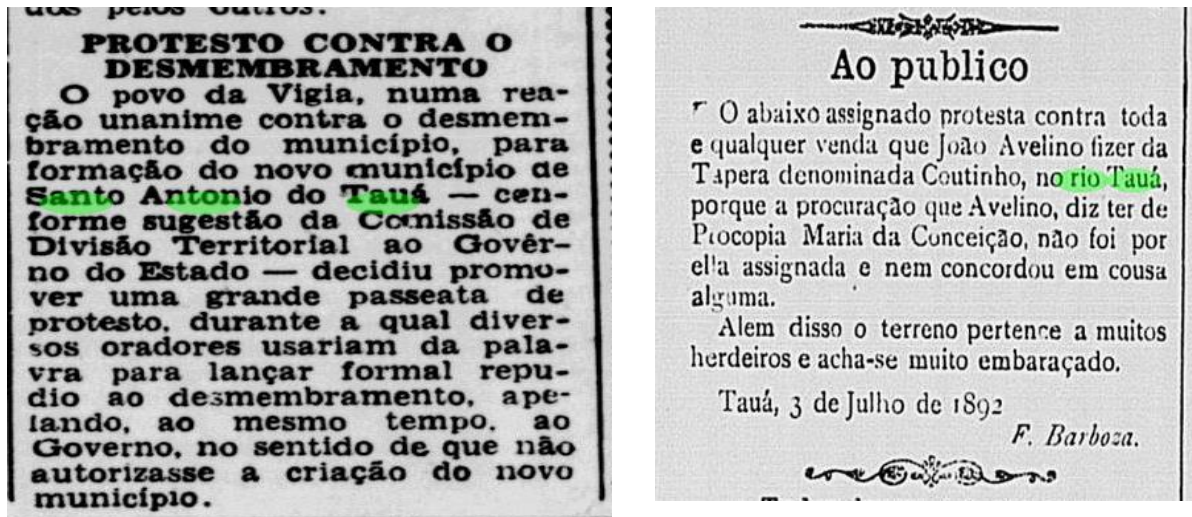


Figura 4: Protesto contra o desmembramento do município para um novo e venda de terreno.

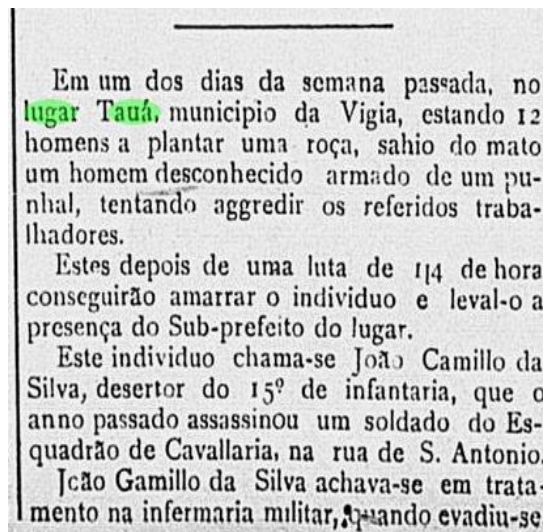


Figura 5: O Democrata trata-se de agressão

Segundo os entrevistados, por volta de 1970 e início de 1980, a comunidade de Espírito Santo do Tauá viveu momentos de muitas farturas. Havia mais de 80 embarcações de pesca artesanal, então a principal atividade econômica do lugar, e os peixes eram salgados e colocados num tendal, amarrados, empilhados e armazenados em talhos. Este produto era comercializado na sede do município e em outras localidades como Castanhal.

Outros fatos observados durante as entrevistas é que há na comunidade várias atividades para fins de subsistência, entre elas a pesca artesanal que não visa apenas consumo individual dos pescadores artesanais da comunidade. De acordo com a demanda ou necessidade interna de cada um ou de seus familiares, partes são destinadas para comercialização ou troca para adquirir outros itens não produzidos ou disponibilizados na

comunidade. Para Furtado (1990, p. 52), a atividade de pesca artesanal na Amazônia tem semelhança e os mesmos fins aos apontados aqui na comunidade:

(...) ela é praticada para as satisfações das necessidades gerais dos pescadores. Para isto eles separam uma parte do produto que, em graus variados, entra em fluxo de comercialização. Os resultados dessa comercialização são investidos nas satisfações de suas necessidades materiais (consumo de itens que não produzem localmente) e sociais (manutenção de suas formas de reciprocidades, generosidade, ritos grupais e/ou familiares) (...)

Durante as pesquisas dos TCs conclui-se que na comunidade Espírito Santo os pescadores artesanais não se dedicam apenas à pesca para sobreviver, mas também a pequenas lavouras, roça de mandioca, milho, maxixe, jerimum e extrativismo (açai e coletas de sementes, por exemplo) como complemento de consumo e renda para o grupo familiar ou individual.

A pesca, enquanto atividade social produtiva, uma das mais antigas não só na região amazônica como no mundo. Tradicionalmente praticada por pequenos produtores como atividade associada a outras, no Pará ocupa espaço distintos, explorando seus recursos naturais como instrumentos simples de trabalho e de modo sazonal; está presente entre muitas populações que habitam desde a orla marítima até as margens de rios e lagos do interior amazônico. (FURTADO, 1990, p. 42).

No período de 1970 o Governo Federal adotou diferentes programas de desenvolvimento para Amazônia, buscando implementar políticas e projetos de infraestrutura para promover o crescimento econômico da região e sua integração ao restante do país, um processo que ocorreu em várias etapas como: aberturas de estradas, portos, industrialização da Zona Franca de Manaus, entre outros (FURTADO, 1989).

O modelo de ocupação da terra, na Amazônia, incentivado pela SUDAM dos anos 1970 em diante, de grandes fazendas com financiamento público, e de intervenção maciça na exploração mineral, a exemplo do Programa Grande Carajás, ou de incentivo ao extrativismo de madeiras, associado ao modelo de polos de desenvolvimento, acabou revelando ao mundo outra Amazônia, a da floresta em chamas, de chacinas e mortes de índios e camponeses, de conflitos, de acirramento das disputas na fronteira. (CASTRO, 2017, p. 9).

No mesmo período 1970, a pesca industrial passa a se desenvolver graças a esta política de incentivos governamentais e como consequência houve a implantação e ampliação do parque industrial pesqueiro em todo o Brasil, inclusive o polo industrial do distrito de Icoaraci, no município de Belém, e em Vigia e Bragança, todos localizados no litoral norte do Estado do Pará.

A partir da década de 70, implantou-se, no Pará, o parque industrial pesqueiro sob a égide dos recursos oriundos da política de incentivos fiscais para a Amazônia, iniciando-se, efetivamente, a pesca industrial em áreas de alto mar, não alcançáveis pelos pescadores artesanais devido à simplicidade de tecnologia que eles detêm,

incompatível com viagens a longa distância e tempo de permanência. (FURTADO. 1989, p. 41.)

Com a implantação do parque industrial na década de 1970, foram introduzidas novas tecnologias para pesca, como o fio de nylon, o barco a motor, o armazenamento, urnas frigoríficas e fábricas de gelo. Estas novas tecnologias industriais citadas acima ocasionaram modificações no cotidiano dos pescadores da região do nordeste do Pará.

A capacidade destas embarcações industriais varia de 50 a 200 toneladas é diferente do regime artesanal cuja variação chega até 12 toneladas. O sistema de pesca também é diferente já que o arrastão<sup>7</sup>, ou pesca de arrasto, é conhecido por agredir os arrecifes, corais e a fauna e flora marinha, capturando peixes pequenos sem valor comercial como a fauna acompanhante à capturada do camarão ou dos peixes maiores. Logo após a captura, a fauna acompanhante é descartada no mar.

De acordo com nossos interlocutores (pescadores/as) durante as pesquisas dos TC's, a chegada da indústria de pesca e os constantes arrastões nas áreas consideradas de atividade de pesca artesanal causou destruição e instabilidade econômica na pesca artesanal, afastamento dos pescadores de suas atividades cotidianas, insegurança alimentar, redução de renda nos núcleos familiares e a saída dos pescadores da comunidade para trabalhar em outras atividades comerciais e industriais. Alguns ainda foram cooptados, por conhecer a área de atividade artesanal, a trabalhar na indústria de pesca.

Os pescadores que insistiram na atividade artesanal incorporaram novas tecnologias para melhorar a capacidade de captura do pescado. Antes eram usados somente anzóis e fio de algodão e alguns cabos plásticos, canoas (casco, montaria, bolacheira, vigilenga) movida por velas (vento) e remo (energia humana). Para tanto, a novidade da época trouxe modificações nas embarcações (barco a motor), barco de urna frigorífica e outros apetrechos, como redes malhadeiras (plásticos e nylon).

No contexto dos problemas que envolvem as atividades pesqueiras no território tradicional de pesca na região, a pesca industrial e a navegação de navios cargueiros, as quais utilizam o mesmo espaço para exercer atividades de pesca e transitar com produtos oriundos de outros países, desrespeitam e agredem a relação de reciprocidade dos pescadores artesanais com o ambiente e nas atividades cotidianas que durante muito tempo tem servido e serve de base econômica para manter a existência de suas famílias.

---

<sup>7</sup> Grande rede de pesca que arrastam pela beira ou fundo do mar.

Neste caso o manejo comunitário desses recursos é de suma importância, pois nos permite a autonomia e a autogestão do território, aproveitando as experiências dos pescadores e pescadoras no processo, uma forma responsável de resolver sem prejuízos ao meio ambiente, aos espaços de pesca, onde todos possam compartilhar e produzir coletivamente.

#### **4. Justificativa**

A partir dos dados coletados durante os Tempos Comunidades, foram feitos diagnósticos quantitativos e qualitativos sobre as potencialidades e problemáticas referentes à realidade cotidiana do meu grupo de pertença, dialogando com os conhecimentos e saberes tradicionais e científicos, os quais viabilizaram a construção deste Plano de Ação sobre a pesca na comunidade itinerante do Joroca, de forma coletiva e compartilhada.

As ameaças ao território sempre existiram devido nossos recursos serem vistos pelos grupos econômicos como commodities. Para nós, nosso território representa a vida não apenas por garantir a existência de animais, pescados, mariscos, frutas, sementes, madeiras para construção de casas e embarcações, mas por existir a presença de seres encantados e espíritos da floresta que ajudam na produção de alimentos e garante proteção desses espaços, mantem a economia da comunidade e a permanência de nossas famílias.

O mercado globalizado e os interesses econômicos nos recursos naturais ampliaram as pressões sobre as florestas, as águas, a terra e o sub-solo. Desde os anos 1990 observa-se um movimento de expansão das fronteiras do agronegócio na Amazônia. Os espaços transfronteiriços constituem-se em novas áreas de expansão de mercado, que tendem a se tornar mais acessíveis em função da nova logística de transportes nas áreas de fronteira, contando também com a participação de empresas de diversos setores econômicos. (CASTRO, 2017, p. 9)

A pesca artesanal na comunidade de Espírito Santo do Tauá resiste até hoje aos duros anos de exploração dos recursos pesqueiros pelas indústrias de pesca que de forma perversa e sem considerar a atividade de pesca artesanal explorou de maneira predatória as espécies existentes no litoral norte do estado do Pará, com intuito de obter ganhos a qualquer custo desconsiderando completamente o tamanho, peso, variedades e principalmente o período de reprodução e desova.

De acordo com os interlocutores em entrevistas durante os TCs, nos anos de 1970 e 1980 a comunidade vivenciou momentos de muitas farturas oriundo das diversas variedades de espécies de peixes no qual eram capturados para o consumo e principalmente para aquisição de renda das famílias a partir de sua comercialização, as quais estão apresentadas na (figura 6 a 6.5) abaixo com seus respectivos nomes popular e científico.

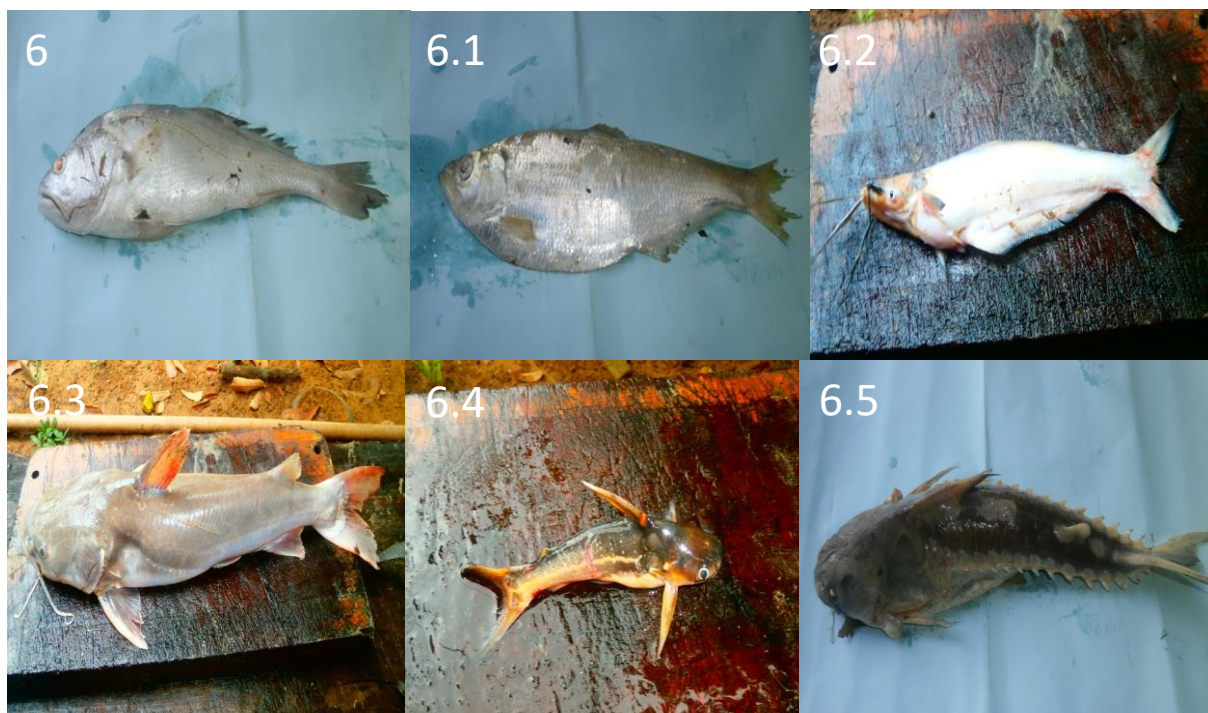


Figura 6 a 6.5: Peixes consumidos e comercializados na comunidade de Espírito Santo do Tauá. Pescada branca (*Cynoscion leiarchus*); 6.1 Sarda; 6.2 Mapará (*Hypophthalmus edentatus*); 6.3 Bagre branco (*Netuna barba*); 6.4 Carataí (*Liposreus pardalis*); 6.5 Bacú (*Lithodoras dorsalis*), (Fonte: Adenilse Barbosa, (2018)).

A existência dessas espécies tem contribuído significativamente aos longos dos anos para nossa alimentação, consumidos de forma tradicional (cosido, assado de brasa, desfiado e frito, acompanhado de farinha d'água, pimenta ou molho de tucupí), promovendo assim a soberania alimentar das famílias.

No decorrer da execução dos meus quatro TCs, a Sr<sup>a</sup> Rosinete Soares Barbosa, relatou que até os anos de 1980 a principal atividade econômica da comunidade era a pesca artesanal. Por outro lado, reconhece a falta de apoio do Estado a pesca artesanal num período marcado pela pesca predatória no território pesqueiro da comunidade e a inserção de novas tecnologias. A crescente demanda de produção de pescado neste período ocasionou a redução e diminuição do pescado e afetou diretamente a distribuição da renda familiar.

Segundo Furtado (1990), a partir da década de 70, intensifica-se a captura de peixe nas águas litorâneas, estuarinas e interiores da Amazônia, por um processo praticamente diferenciado do modelo tradicional de pesca da região. Ainda segundo esta autora:

As evidências de intensa exploração se manifestam na rarefação de *algumas* espécies de peixes que habitualmente transitam pelos circuitos de atividades já conhecidos dos pescadores regionais como é o caso da piramutaba (*Brachyplatystoma vaillanti*) e de outras espécies altamente consumidas pela

população amazônica, como a dourada (*Brachyplatystoma flavicans*), o filhote (*Brachyplatystoma filamentoswn*), o mapará (*Hypopthalmu. sp.*) e o tamuatá (*Hoplo. fernum littorale*). Este último vem sendo alvo de interesses empresariais do Suriname. (FURTADO, 1990, p. 44)

Neste contexto, a autora afirma que tal processo de exploração se intensifica a partir das políticas de incentivos fiscais, geridos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), sob a Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966 que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica, o que mais tarde atrairia diversas empresas de pesca pra região.

Esta ideia de desenvolvimento para região esta associada a uma história de violência e destruição relacionada aos impactos dos empreendimentos desenvolvimentistas no território tradicional, atingindo diretamente o nosso modo de vida, sobretudo no que diz respeito aos processos de colonização. Abertura de grandes eixos rodoviários, conflitos agrários, expulsão das populações tradicionais de suas terras, genocídio indígena, grilagem de terras, chacinas e mortes anunciadas por mandantes e seus pistoleiros, e torna a violência uma maneira de resolver os interesses de grupos econômicos.

De acordo com Furtado (2004), o uso e a apropriação indevida pelas barcas pesqueiras do setor industrial desses territórios ocorreram na década de 1970 e 1980, quando se sentiu mais os efeitos da instalação do parque industrial pesqueiro sob a égide dos incentivos fiscais do governo federal. Tornou-se mais evidente a disputa pelos recursos pesqueiros entre as comunidades tradicionais de pesca e as indústrias de pesca da região:

As situações conflituosas que o segmento pesqueiro artesanal vivenciava na época, na proporção das “invasões” de áreas de pesca artesanal pela frota pesqueira industrial. Tal fato atualmente foi atenuado na razão direta da mobilização de pescadores através de suas colônias de Pesca, movimentos sociais organizados - MONAPE E MOPEPA (no caso do Pará) e associações de mulheres que começaram a engajar-se maciçamente na luta política pela conquista de direitos de cidadania. (FURTADO, 2004, p. 57-71)

Porém, as ações destas empresas se revestiram de efeitos perversos para as comunidades de pesca. O aumento das embarcações, sobretudo na pesca industrial, mas também na pesca artesanal, e o acesso às áreas conhecidas como de reprodução das espécies resultou na diminuição do estoque pesqueiro em diversas regiões, capturando-se mais do que a capacidade natural de reprodução das espécies.

Essas empresas afetaram negativamente as comunidades tradicionais de pescadores artesanais, uma vez que passaram a desenvolver a pesca de arrastão próximo ao litoral norte do estado e na bacia do Marajó, área considerada como atividade de pesca artesanal. Esta prática é considerada por nós pescadores como predatória e agressiva ao meio ambiente, causa destruição dos recursos naturais como os recifes de corais e a mortalidade de várias espécies entre elas a piramutaba

*(Brachyplatystoma vaillante)* que chegou quase a desaparecer a beira da extinção.  
(RONALDO pescador artesanal, 45 anos)

Com o significativo aumento da exploração, os territórios tradicionais de pesca das comunidades itinerantes da ilha do Joróca, Furinho, Areião e Furo do Baixo ficaram comprometidos em sua produção de pescado, as espécies que se reproduziam nestes territórios migraram para outras áreas, entre elas Oceano Atlântico, ficando neste caso mais distantes, tornando a navegabilidade mais perigosa, e a atividade de pesca artesanal mais difícil. Os pescadores artesanais que aderiram as novas tecnologias passam a atuar nestas áreas com objetivo de manter sua produtividade.

Os pescadores das comunidades de Espírito Santo do Tauá, Genipauba, Baia do Sol, Tracuateua da Ponta, São Raimundo dos Borrachos, que não conseguiram aderir às novas tecnologias passam então a atuar no território tradicional das ilhas, com intuito de manter a renda familiar e, a partir desta perspectiva começaram a emergir os constantes conflitos entre os trabalhadores em decorrência da disputa pelas áreas de pesca. Por conta disso, os pescadores de mariscos (camarão, caranguejo, siri, entre outros), das comunidades de Espírito Santo do Tauá, São Bento, Cocal, Jutáí, Maurícia, frequentadores a mais tempo das ilhas passam a delimitar suas áreas de pesca proibindo a entrada de outros pescadores o que provocou diversas agressões físicas entre ambos e até ameaças de morte.

Nós povos e comunidades tradicionais da Amazônia detentores e produtores de conhecimento, temos o direito de construir nossos próprios modos de vidas sem precisar aderir a estes projetos desenvolvimentista do estado moderno colonizador, que sempre nos humilha, criminaliza e expulsa de nossos territórios sem que haja o devido respeito com nossa forma de viver.

Diante dos fatos a discussão sobre etnodesenvolvimento surge a partir da ideia de povos indígenas em meio as críticas dos efeitos etnocidas das políticas desenvolvimentista (Lima, 2015), e tiveram dois grandes momentos de visibilidade mundial com a autocrítica de igrejas e intelectuais. O primeiro se deu na conferencia em Barbado 1971 e o segundo na Costa Rica no Centro de Estudios Democraticos de America Latina (1981) e organizado pela FLACSO com o apoio da UNESCO).

Tais reuniões tiveram efeitos importantes contribuiu na discussão e elaboração de críticas aos empreendimentos desenvolvimentistas em nível mundial e nacional e de propostas de projetos futuros que assegure a autonomia, autogestão e tutela dos povos indígenas sobre

os territórios tradicionais, patrimônio cultural, língua materna, educação diferenciada, entre outros, esta ideias estabelece princípios para contrapondo o genocídio cultural.

Apesar do conceito de Etnodesenvolvimento começar a partir dos povos indígenas, esta política também se atribui às comunidades tradicionais, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos e ribeirinhas, pescadores e pescadoras, agricultores e agricultoras, entre outros, que sofrem serias violações de seus direito e estão sobre sérias ameaças em seus modos de vida, territórios, etnocultura e identidade.

Neste caso, este Plano de Ação busca estratégias de gestão participativa, pois propõe discutir um acordo de pesca no território tradicional de pesca da comunidade itinerante da ilha do Joróca, município de Santo Antônio do Tauá, onde possibilitará nossa permanência e compartilhamento do território tradicional, a partilha da produção durante o período de pesca, a reprodução e o crescimento das espécies, modos tradicionais de atividades, a cultura, o saber, a culinária, a medicina, o calendário ecológico, os igarapés, o rio, o mar, é o nosso bem viver carregado de espiritualidade como herança deixada pelos nossos antepassados.

Os primeiros acordos de pesca surgem no Brasil, de maneira democrática e participativa uma forma de lidar com os conflitos, sendo discutidos e organizados pelos moradores e lideranças das próprias comunidades, sem a necessidade de serem regulamentados. Em 1997, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) considera viável o processo de legalização destes acordos e, em 2003, publica a Instrução Normativa N° 29, que reconhece o acordo de pesca como um instrumento de ordenamento e regulamentação dos recursos pesqueiros.

Dentre outros temas, a Lei 11.959/2009 trata da questão da sustentabilidade do uso dos recursos pesqueiros e da atividade de pesca. Em seu artigo 3º, esta lei atribui ao poder público a competência de regulamentação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Atividade Pesqueira, conciliando o equilíbrio entre o princípio da sustentabilidade dos recursos pesqueiros e a obtenção de melhores resultados econômicos e sociais, calculando, autorizando ou estabelecendo em cada caso: os regimes de acesso; a captura total permissível; o esforço de pesca sustentável; os períodos de defeso; as temporadas de pesca; os tamanhos de captura; as áreas interditadas ou de reservas; as artes, os aparelhos, os métodos e os sistemas de pesca e cultivo; a capacidade de suporte dos ambientes; as necessárias ações de monitoramento, controle e fiscalização da atividade; e a proteção de indivíduos em processo de reprodução ou recomposição de estoques. O parágrafo 1º, deste mesmo artigo, estabelece que o ordenamento pesqueiro deva considerar as peculiaridades e as necessidades dos

pescadores artesanais, de subsistência e da aquicultura familiar, visando a garantir sua permanência e sua continuidade (BRASIL, 2009).

Os acordos de pesca têm crescente relevância para as políticas públicas é um conjunto de normas e ações que permitem administrar a atividade pesqueira, com base nos conhecimentos tradicionais das partes envolvidas, é uma estrutura de regulamentação participativa utilizado na gestão dos recursos pesqueiros, que além de buscar o equilíbrio ou a diminuição da pressão sobre os estoques pesqueiros, tenta aumentar a produtividade em longo prazo “o conjunto de normas e ações que permitem administrar a atividade pesqueira, com base no conhecimento atualizado dos seus componentes biológico-pesqueiros, ecossistêmicos, econômicos e sociais” (BRASIL, 2009, p.2).

Desta forma, compreendemos então que o acordo de pesca na comunidade itinerante do Joroça, onde vários pescadores de nossa comunidade também exercem suas atividades profissionais, é uma estratégia de mobilização social, de organização e melhoria da produção de pescado e do compartilhamento das práticas tradicionais, de forma a relacionar os recursos pesqueiros com desenvolvimento local, sem destruir o território garantindo os estoques pesqueiros e reprodução das espécies, o compartilhamento das áreas de pesca, o aumento da renda familiar, o consenso entre os comunitários, a soberania alimentar e a harmonia entre todos.

A partir contexto histórico de dominação, exploração e destruição dos territórios tradicionais de pesca artesanal, tem-se a nossa resistência cotidiana e a dos nossos antepassados para permanência no território. Nesse contexto, é importante frisar que este Plano de Ação é mais uma estratégia de resistência que surgiu do protagonismo da comunidade Espírito Santo do Tauá com base nas pesquisas dos TCs, com perspectiva de ações e estratégias para atuar na melhoria da produção de pescado, possibilitando a autonomia e autogestão do território.

## **5. Objetivos**

### **5.1 Objetivo geral**

- ✓ Discutir um acordo de pesca na comunidade itinerante do Joroça.

### **5.2 Objetivos específicos**

- I. Mapeamento da área do território tradicional da comunidade itinerante do Joroça;
- II. Mapeamento das famílias que serão atendidas pelo plano de ação;

III. Realizar um diagnóstico entre as famílias sobre as problemáticas no território tradicional de pesca artesanal;

IV. Realizar um processo de formação sobre legislação de acordo de pesca junto às famílias atendidas;

V. Traçar as bases do acordo de pesca junto as famílias atendidas.

## **6. Metas**

1. Mobilização de 10 famílias, para apresentação do plano de ação;
2. Formalização de parceria com Instituições governamentais e não governamentais de meio ambiente;
3. Realização de três oficinas de formação;
4. Realização de uma assembleia comunitária para debater e aprovar o documento do acordo de pesca;
5. Produção de um documento referente aos acordos de pesca aprovadas e sistematizados na assembleia.

## **7. Metodologia**

As motivações para construção deste projeto partiu principalmente do meu grupo de pertença (pescadores e pescadoras artesanais) e dos interlocutores (jovens, negros, extrativistas, agricultores, parteiras, curandeiras, mulheres) que contribuíram no diálogo e debates para a formulação deste trabalho. Neste sentido uma das ações foi promover entre os envolvidos uma reunião para discutir as propostas que foram levantadas durante os trabalhos de pesquisas nos tempos comunidades (TCs), por ser uma pesquisa-ação o projeto atua diretamente na realidade dos comunitários, segundo Franco (2005, p. 486) “[...] a pesquisa-ação deve partir de uma situação social concreta a modificar e, mais que isso, deve se inspirar constantemente nas transformações e nos elementos novos que surgem durante o processo e sob a influência da pesquisa”.

Os diálogos, as reflexões, os debates, as entrevistas nos tempos comunidade, extensão de pesquisa do curso do Etnodesenvolvimento, e os resultado das pesquisas de campo da Iniciação científica permitiu-me este processo de pesquisa autoetnográfica que tomou como referência a comunidade de pertença (VERSIANE, 2002.) e relacional entre comunitários-discente-docentes.

Neste sentido, meu tcc é resultado dos trabalhos dos tempos comunidades que ao longo destes quatro anos contribuiu para discussões e debates entre os discentes nas disciplinas durante os tempos universidades, em consonância com os referenciais teóricos, subsidiado pelos docentes do Etnoddesenvolvimento,

Portanto para que esse plano de ação seja implementado, a execução das atividades ocorreram de acordo com o desenvolvimento das metas estabelecidas abaixo.

## 8. Detalhamento das metas do presente plano de ação

### 8.1 Meta 01: Mobilização

Esta meta será dividida em duas etapas. O primeiro momento serão as visitas às áreas de uso coletivo de pesca artesanal acerca da qual será manejada pelo presente acordo de pesca. O segundo é o levantamento das famílias que serão atendidos pelo projeto. Nesta etapa, o objetivo é a mobilização dos moradores da comunidade de Espírito Santo do Tauá para uma reunião. Serão feitas visitas informais às residências dos pescadores/as e lideranças comunitárias para realização de convites. Em seguida serão encaminhados convites devidamente assinados a todos os comunitários com data e local de realização do encontro

Essa meta ocorrerá no período de abril de 2020 com duração de vinte e cinco dias e dará suporte para realização da meta 02, de acordo com as atividades propostas na figura 7 abaixo.

Atividades	Duração	Responsável	Data	Descrição de atividades
1ª etapa: visita as áreas a ser assistida pelo projeto 2ª etapa: mobilização das famílias e lideranças comunitárias	01 mês	Núcleo Tauá	Junho de 2020	Nesta etapa será feita visitas informais e formais com distribuição de convites e ofícios.

Figura 7: Cronograma de atividades a ser realizado no processo de mobilização.

### 8.2 Meta 02: Parcerias

Esta meta de início buscará parcerias como apoio político para realização das etapas estabelecidas neste plano de ação junto as instituições governamentais (ICMBio, Secretaria

Estadual do Meio Ambiente – SEMA –, IBAMA, UFPA [Faculdade de Etnodiversidade], Colônias, Associações de pescadores, Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP. Será protocolado ofícios solicitando a realização das parcerias.

Uma vez firmada as parcerias, cada parceiro assinará um termo de compromisso, e deverá respeitar a autonomia da comunidade de Espírito Santo na tomadas de decisões. Estas instituições e organizações deverão atuar na realização e moderação das oficinas, reuniões e assembleias, sistematização e elaboração de documentos, com base nos acordos estabelecidos durante o desenvolvimento deste plano de ação, no sentido de garantir aos comunitários o diálogo, consenso, manejo, aumento do estoque pesqueiro e o bem estar de todos.

A parceria com o ICMBio e IBAMA destina-se ao apoio institucional e político como palestrante nas oficinas de capacitação sobre a importância do acordo comunitário de pesca para a ilha do Joróca e comunidades vizinhas, a regulamentação dos acordos comunitário de pesca com base no Plano Nacional dos Direitos Humanos<sup>8</sup>, monitoramento, fiscalização e o intercambio para financiamento do projeto.

A SEMA deverá exercer a parceria no âmbito mais das políticas sociais, poderá fazer o diagnóstico socioambiental e econômico das famílias, assim como contribuir nas oficinas de educação ambiental para a comunidade.

A UFPA, através Faculdade de Etnodesenvolvimento, deverá atuar no mapeamento das áreas a partir da elaboração da cartografia social do território pesqueiro e assessoria nas etapas da elaboração do acordo de pesca.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santo Antônio do Tauá entrará com articulação política e apoio financeiro na divulgação, articulação das oficinas e assembleia intercomunitária na região em cooperação com Colônia e Associações de Pescadores/as.

A parceria com o CPP é no sentido de me ajudar na elaboração e sistematização das documentações (atas, ofícios, termos de compromisso) que serão produzidos durante o plano de ação, bem como cobrar dos órgãos competentes a regulamentação do acordo comunitário de pesca.

Colônia de pescadores Z-27 de Santo Antônio do Tauá e as Associações terão papel fundamental na mobilização e levantamento das famílias, organização das oficinas e assembleia intercomunitária (ver figura 8).

---

<sup>8</sup> Sobre o Plano Nacional dos Direitos Humanos ver Decreto Federal n. 4229 de 13 de maio de 2002.

Atividade	Duração	Responsável	Data	Descrição das atividades
Elaboração do termo de compromisso para firmação de Parcerias	01 mês	Proponente e parceiros	Outubro de 2020	Fechar as parcerias com instituições de pesquisas, Associações, órgãos governamentais

Figura 8: Atividade para realização de parcerias.

### 8.3 Meta 03: Oficinas de formação

Nesta etapa haverá três oficinas: apresentação do plano de ação e capacitação dos representantes das 10 famílias de pescadores artesanais e um representante por entidades parceiras; apresentação e discussão das propostas, e elaboração das primeiras minutas do acordo de pesca. As oficinas serão desenvolvidas por meio de diálogo com troca de experiências considerando as técnicas de pesca, os saberes e práticas tradicionais, valores étnicos e a história de vida dos pescadores/as da comunidade. Neste sentido, pretende-se discutir a realidade e as problemáticas existentes no território tradicional de pesca artesanal, interagindo por meio da troca de experiências/saberes entre os pescadores/as da comunidade de Espírito Santo do Tauá, de outras localidades e entidades parceiras. Após esta discussão, serão acordadas ações conjuntas que promovam o uso coletivo do território tradicional dentro dos princípios da ideia de etnodesenvolvimento.

As oficinas serão desenvolvidas pelo proponente e pelos pescadores beneficiados pelo projeto, e terá como apoio as entidades parceiras que deverão respeitar a autonomia dos comunitários na definição das propostas. Em todo o processo de execução do projeto, havendo discordância na realização das atividades, entre os pescadores/as e técnicos, prevalecerá o etnosaber local, haja visto que o projeto foi elaborado para/com a comunidade. Cada atividade proposta no projeto poderá ser revista pelos pescadores com objetivo de obtermos a melhor forma de executá-las. Quando necessário, o proponente, pescadores/as e entidades parceiras se reúnem para discutirem, redefinirem e ajustarem as atividades que se mostrarem inviáveis ou que necessitem de revisão.

#### 8.3.1 Oficina de apresentação do plano de ação e seu desenvolvimento

Após a realização da meta 2 (dois), o objetivo da oficina é apresentar à proposta dos acordos de pesca e seu processo de execução às 10 (dez) famílias e representantes das entidades parceiras envolvidas e terá como ponto principal incentivar a participação dos

comunitários no planejamento das atividades através de seus conhecimentos tradicionais e experiências de vida para que possamos executar o projeto em consonância com nossa realidade, em seguida cada família e entidade parceira indicará um representante para o processo de discussão do plano de ação

Esta atividade ocorrerá em dois momentos: o da distribuição de convites para realização da oficina e o da realização da mesma. Esta etapa iniciará pela manhã e terá duração de 6 horas com intervalo de 15 minutos no decorrer de 03 horas atividades para o lanche.

Os representantes serão os porta-vozes de suas localidades e manifestarão suas opiniões no âmbito do plano de ação. Estes representantes têm a função primeira de debater e elaborar a minuta dos acordos de pesca, como um primeiro conjunto de propostas a ser validado por todos os comunitários.

Nesta etapa, teremos também a contribuição CPP, SEMA e da Faculdade de Etnodiversidade na moderação e apoio técnico nas discussões, sistematização e construção do plano de ação atendendo as demandas propostas na oficina pelos comunitários.

### **8.3.2 Oficina de capacitação dos representantes das famílias**

A oficina reunirá um membro de cada família participante do projeto totalizando dez pescadores. Estes representantes serão os responsáveis por discutir e elaborar as primeiras regras de manejo comunitário na comunidade itinerante do Joroca. Como ponto de partida, propõe-se conhecer os marcos legais que orientam as ações para implantação de acordos de pesca.

No primeiro encontro, os participantes serão capacitados sobre legislação e a Instrução Normativa nº 29/2002 do IBAMA e será o documento orientador para metodologia de construção dos acordos de pesca. Também objetiva-se discutir o histórico deste tipo de gestão comunitário na Amazônia. Esta oficina iniciará pela manhã e terá duração de 6 horas com intervalo de 15 minutos para o lanche.

Empoderados das informações, esses representantes também refletirão sobre as dificuldades da atividade pesqueira na região. Entre estas, destaca-se a significativa redução dos estoques pesqueiros relacionada a pesca predatória. Ao final deste primeiro encontro, cada representante ficará com a tarefa de promover, em suas respectivas localidades, reuniões com as famílias para refletir e debater sobre as principais questões que afetam suas vidas e propostas de regras levantadas durante a reunião.

### 8.3.3 Oficina para apresentação dos diagnósticos dos problemas levantados pelas famílias

Nesta etapa, todos os representantes apresentarão os resultados dos debates realizados em suas famílias, compondo, desta forma, um quadro específico por localidade. Ao final das apresentações, haverá discussões para compreender o que há de comum a todos e o que há de discrepante respeitando a especificidade de cada um. Isto permitirá avaliar se as regras propostas deverão ser generalizadas ou especificadas para determinadas situações. Ao final do encontro, reuniremos as propostas consolidadas das regras dos acordos de pesca e produziremos a primeira minuta das regras dos acordos de pesca da comunidade itinerante do Joroça, documento validado junto às famílias e entidades parceiras da comunidade itinerante.

Estas atividades terão duração de 06 horas com intervalo de (15) quinze minutos para o lanche e terá acompanhamento técnico o CPP e UFPA na sistematização das propostas levantadas e debatidas pelas famílias em suas respectivas localidades.

Seguem na figura 9 abaixo as atividades para a meta 03.

<b>Atividades:</b>	<b>Duração</b>	<b>Responsável</b>	<b>Data</b>	<b>Descrição das atividades</b>
Oficina: apresentação do plano de ação e seu desenvolvimento	06hs com intervalo de 15min. Para o lanche	Proponente Entidades Famílias	Novembro 2020	Nesta etapa será apresentado todo o seu processo de execução visando a contribuição no planejamento das atividades.
Oficina: capacitação dos representantes das famílias e lideranças	06hs com intervalo de 15min. Para o lanche	Proponente Entidades Famílias	Janeiro de 2021	Pretende com esta atividade proporcionar aos moradores a devida troca de informações para obter um bom desenvolvimento nas atividades propostas pelo projeto
Oficina: Apresentação dos diagnósticos dos problemas e produção da primeira minuta dos acordos de pesca	06hs com intervalo de 15min. Para o lanche	Proponente Colônia Z-27 Associação Famílias	Março 2021	A partir da análise dos problemas enfrentados pelos comunitários, serão sistematizados as primeiras propostas dos acordos de pesca

Figura 9: Atividades a serem desenvolvidas nas oficinas.

#### 8.4 Meta 04: Assembleia Comunitária

Esta assembleia é a culminância de todos os trabalhos anteriores realizados durante a apresentação da proposta de plano de ação, capacitação e levantamento de diagnóstico dos problemas enfrentados pelos usuários e debatidos pelos representantes das famílias, colônia, associação e entidades parceiras até obter a primeira minuta das regras dos acordos de pesca. Esta meta tem o objetivo de apresentar a primeira minuta do acordo de pesca. Nesta etapa, haverá debate das propostas junto às famílias usuárias, as quais poderão fazer quaisquer alterações nas regras.

Neste evento, reuniremos todos os envolvidos nas etapas anteriores (CPP, UFPA, colônia de pesca, associação de pescadores, etc.) e ainda outros convidados, tais como: pesquisadores, Universidades, instituições de pesquisas, autoridades e órgãos competentes prefeito e vereadores de Santo Antônio do Tauá, secretário de meio Ambiente do Estado e do município e parlamentares ambientalistas. No total, estão previstas a participação de aproximadamente setenta pessoas.

A assembleia iniciará pela manhã e terá duração de 08 horas, com intervalo de 15 minutos para o lanche e 01 hora para o almoço, como pode ser visto na (figura 10) abaixo.

Atividade	Duração	Responsável	Data	Descrição das atividades
Defesa, aprovação e sugestão de propostas consolidadas nas oficinas.	01(um) dia Programação 8:00h mesa de abertura (convidados, representantes, entidades parceiras) 9:00h apresentação da primeira minuta dos acordos de pesca pelos representantes; 10:00h debate das propostas apresentadas na primeira minuta (propor, alterar ou excluir regras); 12:30 almoço 14:00h socialização das propostas de regras para os acordos de pesca e encaminhamentos	Núcleo Tauá Colônia Z-27 Associação Famílias	Maior de 2021	Momento de apresentação e celebração das propostas

Figura 10: Atividade para realização da assembleia intercomunitária



<b>diagnósticos dos problemas levantados pelas famílias</b>												
<b>Meta 4 Assembleia intercomunitária</b>												
<b>Meta 5 Elaboração do documento</b>												

Figura 12: Cronograma de realização das metas

### 10. Orçamento para realização do plano de ação.

<b>Atividades</b>	<b>Descrição</b>	<b>Tempo</b>	<b>Valor unit. (R\$)</b>	<b>Sub-total (R\$)</b>	<b>Quem</b>
<b>Meta 1 Mobilização</b>	Mobilização das famílias, órgãos públicos e entidades (valor para apoio e deslocamento do proponente e parceiros)	02 meses	1.000,00	2.000,00	Núcleo Tauá
<b>Meta 2 Parcerias</b>	Firmar parceria com órgãos público e entidades (valor para apoio e deslocamento do proponente e parceiros)	1 (um) mês	1,000,00	2.000,00	Núcleo Tauá
<b>Meta 3 Oficinas</b>	Realização de três oficinas (atividades de apresentação da proposta do projeto, capacitação e apresentação de diagnóstico de problemas)	3 (três) meses	5.000,00 (valor referente ao custeio para cada oficina)	15.000,00	SEMA CPP Parceiros Outro
<b>Meta 4 Assembleia intercomunitária</b>	Realização de uma assembleia intercomunitária (atividade de avaliação da proposta 1ª minuta dos acordos de pesca, debates, aprovação, sistematização da minuta final dos acordos de pesca)	1(um) dia (Duração de 6hs com intervalo de 15min para o lanche)	7.000,00	7.000,00	SEMA CPP Parceiros Outros

Figura 13: orçamento para realização das atividades.

## 11. Considerações finais

Este Plano de Ação trata-se de um trabalho participativo construído coletivamente a partir da demanda dos comunitários, o qual buscou como referência as atividades de pesquisas realizadas durante os TC's do curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento da Universidade Federal do Pará (UFPA), campus Universitário de Soure. Implementado, pretende-se contribuir para um processo de contraposição ao genocídio cultural oriundos das políticas desenvolvimentista implantadas no Brasil desde a colonização permanecendo até os dias atuais.

Conforme se diagnosticou, a pesca artesanal garante a renda e alimento a muitas famílias do grupo a que pertença Com o acordo de pesca, espera-se estruturar a cadeia produtiva no território tradicional de pesca da comunidade Espírito Santo do Tauá de forma a garantir nossa permanência, soberania alimentar, água potável, qualidade de vida e a perpetuação de nossas atividades cotidianas, conservando de forma responsável e respeitável os recursos pesqueiros e florestais. Ao mesmo tempo, contribuir para a permanência das tradições, culturas, costumes, ritos, religiosidade, técnicas e conhecimentos como herança deixados pelos povos que aqui viveram e que são repassados de geração em geração.

Durante a execução deste plano de ação, percebi como é importante o curso de etnodesenvolvimento na minha formação acadêmica. Como pesquisador, possibilitou-me uma visão crítica a respeito dos projetos de desenvolvimento voltados para Amazônia. Hoje nos tornamos mais fortes, com autonomia e capazes de construirmos, a partir de nossa realidade, os nossos projetos de ações visando o bem-estar de todos e o desenvolvimento da nossa comunidade.

## 12. REFERENCIAS.

A REPÚBLICA: órgão do partido republicano, ano 9, nº 911, p,1, Pará, quinta feira 20 de abril de 1893- (REC-T-0048) delito no lugar Tauá.

BARBOSA, A. S. *Relatório do Terceiro – Tempo Comunidade do Curso Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento*. Santo Antonio do Tauá, 2014.

BARROS, F. Estradas, florestas, sala de aula e outros espaços. In: OLIVEIRA, A. C.; BELTÃO, J. F. (org.) **Etnodesenvolvimento e Universidade: Formação acadêmica para povos Indígenas e comunidades tradicionais**, Editora, Santa Cruz, Belém - 2015. P 17 – 314.

BENTES, Elizabeth dos S. et al. **A pesca artesanal a jusante da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, Estado do Pará**. *Novos Cadernos NAEA* v 17, n. 2,p. 167-187, dez. 2014, ISSN 1515-6481 / 2179-7536.

BRASIL. Lei Nº 11.959, de 29 de junho de 2009 (Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca,). Brasília: Presidência da República / Casa Civil / Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2009. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111959.htm) >.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2017| v4.3.41.

BRASIL. Levantamento bibliográfico dos estudos e pesquisas institucionais norteadores dos planos de desenvolvimento da Amazônia. – Belém: SUDAM, 2019.1. Bibliografia – Amazônia 2. Plano de Desenvolvimento da Amazônia - Referências. I. Título. CDU 019.9 (811). Visto em <http://biblioteca.sudam.gov.br/BibliVre4/DigitalMediaControler/?id=MTEyOINVQINJREIPUy5wZGY=>

BRIOSO, E. L. **História de Santo Antônio do Tauá. Belém: Editora Grafisa, 1976.**

DIÁRIO DE NOTÍCIA, domingo 11 de setembro de 1955, anno 2, p. 3- (REC-T-0085 1955), Criação de município gera protesto.

DIEGUES, A.C. A sócio – antropologia das comunidades marítimas no Brasil. *Etnografia*, vol. III (2) 1999, pp361–375. Disponível em: <<http://Ceas.iscte.pt/etnografia/vol03/n2/voliiin2-361-376.pdf>>. Acesso em: 25 junho 2017.

FARIAS, E. S. S. Etnodesenvolvimento e arqueologia. In: OLIVEIRA, A. C.; BELTÃO, J. F. (org.) **Etnodesenvolvimento e Universidade: Formação acadêmica para povos Indígenas e comunidades tradicionais**, Editora, Santa Cruz, Belém - 2015. P 17 – 314.

FRANCO, Maria Amélia Santoro, **Pedagogia da pesquisa - Ação**, São Paulo, vol. 31, 2005.

FURTADO, L. G. Museu Paraense Emilio Goeldi Coordenação de Ciências Humanas Antropologia UFPa – PPGCS **Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia**, IN: *Conflitos Ambientais do Brasil*. Henri Acselrad (organizador) Relume D Cumara. Fundação Heinrich Böll. Rio de Janeiro, 2004. pp. 57-71.

FURTADO, L. G. SCT-PR/CNPQ. Museu Paraense Emilio Goeldi. Dept° de Ciências Humanas. **Características Gerais e Problemas da Pesca Amazônica no Pará, 1990.**

FURTADO, L. G. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. **Pesca Artesanal: um Delineamento de sua História no Pará.** Antropologia nº 79. Abril, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa,** Paz e Terra, São Paulo, 1996.

ILDONE, José – Noções da História de Vigia – Belém: Cejup: 1991.

LIMA, Antônio. C. S. Povos Indígenas, antropologia e Estado no Brasil. *In:* OLIVEIRA, A. C.; BELTÃO, J. F. (org.) **Etnodesenvolvimento e Universidade: Formação acadêmica para povos Indígenas e comunidades tradicionais,** Editora, Santa Cruz, Belém - 2015. P 17 – 314.

MOURA, Gustavo. G. M. **Guerras nos mares do Sul** o papel da oceanografia na destruição de territórios tradicionais de pesca/Gustavo. M. G. Moura – [1.ed] – São Paulo: Annabiume, 2017.

MOURÃO, José da Silva, NORDI, Nivaldo. *Etnoictiologia de pescadores artesanais do estuário do rio mamanguape, Paraíba, Brasil: B. Inst. Pesca,* São Paulo, 29(1): 9 - 17, 2003.

OLIVEIRA, A. C; BELTRÃO, J. F. Etnodesenvolvimento e Universidade, **Formação Acadêmica para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais,** Editora: Santa Cruz, Belém, 2015.

RAMOS, Manoel. **Pôster: Acervo da Paróquia de Santo Antônio de Lisboa,** 1970.

PARENTE, F. A. Educação superior diferenciada. *In:* OLIVEIRA, A. C.; BELTÃO, J. F. (org.) **Etnodesenvolvimento e Universidade: Formação acadêmica para povos Indígenas e comunidades tradicionais,** Editora, Santa Cruz, Belém - 2015. P 17 – 314.

PEREIRA, Edite. Sinopse do Vídeo: *História da Ocupação da Amazônia.* Museu Emilio Goeldi Belém PA. 1914.

POTIGUAR, Manoel. COSTA, P. M. **Viva a pesca: guia de construção de acordos de pesca no Rio Canaticu: uma experiência de conservação:** Instituto PEABURI, 2015, 62 p. ISBN: 978-65-62231-01-8.

SANTANA, Camila G., Revista Ambivalência. Issn 2318 3888, v2, n. 3, p. 86 – 105, jan-jun/2014.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A. **etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais: Desenvolvimento e Meio Ambiente,** Editora UFPR n. 20, p. 31-45, jul./dez. 2009.

### 13. Anexo

#### **Anexo A: Ata da reunião da discussão e definição do tema do projeto.**

#### **ATA DA REUNIÃO ENTRE OS DISCENTES DO CURSO DE ETNODESENVOLVIMENTO DA FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE CAMPUS DE ALTAMIRA/SOURE E COMUNIDADE ESPÍRITO SANTO, OCORRIDA EM 17 DE SETEMBRO DE 2018.**

As dezesseis horas do dia dezessete de setembro de dois mil e dezoito(17/09/2018), na escola municipal de educação infantil maternal I e II, pré I e II Clara Palheta, localizada na rua dois de junho s/n, Comunidade Rural Espírito Santo, município de Santo Antônio do Tauá/PA. Reuniram-se em os discentes da Universidade Federal do Pará e membros da comunidade, para deliberarem sobre os seguintes temas propostos: a) projeto de intervenção ao Projeto Político Pedagógico – PPP da Escola Polo Francisco Solano Rayol Pereira; b) Apresentação dos temas de pré-projeto de ação conclusão de curso - TCC; c) Protocolo de consulta; d) O que mais vier a ocorrer. Dando início as atividades da assembleia, um dos discentes ANA LAIDE SOARES BARBOSA se antecipou alegando compromisso com o estagio supervisionado, expos aos participantes a importância do curso para a comunidade e seu respectivo retorno em benefício da mesma, no segundo ponto apresentou o que seria o projeto de intervenção ao projeto político pedagógico da escola, uma proposta a ser construída coletivamente envolvendo toda comunidade escolar, haja visto que já existe um projeto em fase de construção mas que está em posse da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) a cerca de um ano. No terceiro ponto o tema como proposta a ser desenvolvido como pesquisa ao pré-projeto de intervenção de tcc, após as explicações expôs o que seria o protocolo de consulta e de que forma deveria ser construído em comum acordo entre os comunitários em decorrência dos grandes projetos como pré-sal e porto de embarque e desembarque previstos para a região, e como consequência futuras de grande impacto social e ambiental na vida da população, reforçou o compromisso de sentarmos outras vezes para construir o protocolo no sentido de visibilizar a importância bacia hidrográfica como recurso pesqueiro para comunidade. Após deu continuidade a discente ADENILSE BARBOSA BORRALHO, que apresentou o tema etnoecologia como projeto de tcc já em andamento que aborda questões referente a pesca artesanal e suas especificidade, tema que levou ao questionamento do participante Luiz Eduardo técnico agrônomo e discente da Universidade Federal do Pará em frisar a importância para o desenvolvimento da comunidade em conhecer as espécies existentes e que esta trabalhando um tema parecido, mas, voltado para a matemática na

atividade da pesca. Dando continuidade o discente ADRIANO SOARES BARBOSA apresenta os temas a casa da cultura e acordos de pesca como proposta de pré-projeto de intervenção ao tcc, a casa da cultura focando a disciplina de arqueologia e irá abordar questões relacionadas a história de formação da comunidade no âmbito religioso, cultural, produção de alimento e na prevenção e cura de doenças, os acordos de pesca aborda pra questão dos conflitos existentes no ambiente de pesca da comunidade Em seguida o discente EVERTON MONTEIRO apresenta seu tema voltado para políticas publicas na área de educação saúde e meio ambiente, levou ao questionamento dos participantes em que se trata de um tema muito amplo no que se refere as políticas públicas e foi proposto que desenvolvesse sua pesquisa voltadas para as associações existentes na comunidade direcionando a uma e focando na politica publica que desenvolve em prol de seus associados e sua importância para o desenvolvimento da comunidade. O terceiro ponto manifestou uma certa preocupação dos comunitários presentes na tinham nenhuma informação a respeito dos empreendimentos e que segundo eles vai causar um grande impacto ambiental e de certa forma um transtorno a vida dos moradores das comunidades localizadas as margens dos rios. Nada mais a tratar como ponto de pauta foi encerrada a presente reunião as dezoito horas e trinta minutos, com proposta de reunir novamente para ampliar o debate a respeito do protocolo de consulta.

## Anexo B: liste de assinatura dos participantes.

17/09/2018 lista de participação do Seminário.

01.	Luiz Eduardo da Silva	(Igreja Católica)
02.	Maria Luiza Varela	(aluna do 9º ano)
03.	Guilherme Barbosa Barbosa	(aluno do 9º ano)
04.	Do Jean Miranda Bonalhos	(aluno do 9º ano)
05.	Alicine Borata	(Conselho Escolar)
06.	Cleiciano Santana Ferreira	(Igreja Evangélica)
07.	Jéda Barbosa	(Gestora da Escola Clara Palheta)
08.	Rosinete Soares	(Interlocutora)
09.	Zacarias Santoga Soares	(Interlocutor)
10.	Everton Borata Monteiro	(Curso do Etno)
11.	Adriano Soares Barbosa	(Curso do Etno)
12.	Felipe Bonalhos Barbosa	(Curso do Etno)
13.	Ana Lúcia Soares Barbosa	
14.	Rodrigo S. Barbosa	
15.		

## Anexo C: Convite para reunião.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PÁRA  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE  
ALTAMIRA FACULDADE DE  
ETNODIVERSIDADE CURSO  
ETNODESENVOLVIMENTO

**FACETNO**  
Faculdade de Etnodiversidade

**CONVITE**  
**SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA COMUNITÁRIA**

Os discentes do curso de Etnodiversidade/UFGA, Conselho Escola, Representantes de Igrejas e organizações convidam os comunitários: pescador@, agricultor@, peconheiros, extrativistas, aposentad@s, kombistas, funcionári@s públic@s, mulheres, jovens, professor@s, gestoras, lideranças religiosas, associações, clubes de futebol e demais trabalhad@ da comunidade do Espírito Santo para participarem do referido seminário.

Objetivo é apresentar os relatos das pesquisas realizadas no Tempo Comunidade - TC, discutir as propostas de Conclusão de Curso - TCC, dialogar a respeito do Projeto Político Pedagógico - PPP da Escola Polo Francisco Solano Rayol Pereira e Protocolo de Consulta da comunidade.

Esta iniciativa faz parte dos trabalhos pedagógicos de campo do TC do curso etnodesenvolvimento/UFGA realizados pel@s discentes.

Data: **17** de setembro - **SEGUNDA FEIRA**  
Hora: 16:00  
Local: Escola Clara Palheta

Discentes do Etnodesenvolvimento  
Adenilse Borralhos Adriano S. Barbosa  
Ana Laide S. Barbosa Helielse Borralhos  
Coordenadora do Clara Palheta Ieda Barbosa  
Coordenador do Conselho Escolar Amauri Silva  
Coordenador de Pastoral Setor Vila Antônio Marçal -  
Igreja Adventista da Promessa Pr. João Manoel  
Igreja do Evangelho Quadrangular Pr. Rossi  
Presidente do Instituto Progresso Gilcielle Pantoja  
Presidente Associação de Moradores Beneditson

*Adenilse Borralhos*  
*Adriano S. Barbosa*  
*Ana Laide S. Barbosa*  
*Helielse Borralhos*  
*Ieda Barbosa*  
*Amauri Silva*  
*Antônio Marçal*  
*João Manoel*  
*Pr. Rossi*  
*Gilcielle Pantoja*  
*Beneditson C. B.*

## 14. Apêndice.

### Apêndice A: Reunião de discussão e definição do tema do projeto.



### Apêndice B: Reunião de discussão e definição do tema do projeto.



## Apêndice C: Carta seismaria a Antonio da Costa e Silva

1728

Rio que vai para a Vigia

Livro: 05

Folha: 48 v

Documento: 78

Registo de hua Carta de Data e Sismaria pa  
cada a Antonio da Costa Silva

Alex. de Souza Fr. do Concelho de Sua magestade

[sinal público] Fasso saber aos que esta minha carta de data e Sismaria

virem que a mim me enviou a dizer por Sua petição Antonio da

Costa Silva morador e cidadão nesta cidade que elle su

plicante tem feito há dois annos hum citio em terras devo

lutas de Sua Magestade no Rio que vay para a vigia e nelle haver

plantado comcideravel pes de Cação e porque quer haver

o Suplicante a posecao de meya legoa de terra que principia

do Igarapé gajapiora athé o dito Citio por nome [taópera?]

menim dando elle de fundo e sentro outra meya legoa

portanto me pedia que atendendo o Referido lhe faço merce

morador pasar carta de data para que o Suplicante o posa mandar confir

mar por Sua Magestade no decurço de tres annos como he estillo

e Receberia merce atendendo eu as rezoens que alegava como

tambem ao que respondeo o provedor da fazenda Real

a quem se deo vista ser em oticidade da Real fazenda

o Cultivarçe as terras neste Estado: [sinal público] Hey por bem de Com

Ceder ao suplicante em nome de Sua Magestade a dita meya Legoa

de terra e outra meya de fundo na parte que pede com as

confrontacoens nella deClaradas e Condicoens expreça

das nas Reais ordens nesta forma Se lhe paso a Carta para

que as haja Logre e peSua Como Couza propria e todos seos [herdeiros]

ascendentes e descendentes Sem pençao nem

tributo algum mais que o Dizimo a Deos nossso Senhor

[dos] fructos que nellas tiver a qual Comcescao' lhe faço naó per

judicando a terceiro Rezervando os paos Reais que nellas ouver

para embarcacoens Com deClaracão que mandara Comfri

mar esta carta por Sua Magestade dentro de tres annos primeiros

Sequintes e Cultivara as ditas terras de maneira

que dem fructos e dara Caminhos publicos e [particulares]

para onde forem necessarios para pontes fontes portos e pedreiras

e Se demarcará ao tempo da pose por Rumo de corda

braças Craveiras como he estillo e Sua magestade manda

e outrosim naó poderaó nellas Suceder Relegioens

por nenhum titulo e acontecendo pessuilas sera Com

o emcargos de pagarem dellas Dizimos a Deos como

Se focem pesuidas por secolares e faltando a qual

quer destas clauzulas Se haveraó por devolutas e Se

daraó a quem as denunciar como o dito senhor ordena pello que

mando ao provedor da fazenda Real e mais Minis

tros e peSoas a que tocar dechem ter e pesuir na forma

Referida com as condicoens declaradas ao dito

Ant.º da Costa Silva para elle e todos seos herdeiros ascen

dententes e descendentes como Couza propria Cumpraó

## Apêndice D:

### 2. SESMEIROS, COLONOS E AS PRIMEIRAS LOCALIDADES (1709–1898)

Ao mesmo tempo em que se preocupava com a "questão do índio", a Coroa Portuguesa estimulava a ocupação. Nos rios Tauá e Bituba a ocupação por meio de sesmarias teve início em 1709, com doação de terras ao vigiense Francisco de Melo Palheta, conhecido como o introdutor do café no Brasil. Sesmarias foram doadas, também, nos rios da Vigia (furo da Laura), Tauá-Jejú e Maracanã, na baía do Sol e no igarapé Patauteua.

Os sesmeiros, no geral, eram portugueses ou seus descendentes, que tinham interesse de implantar roçados de cacau, tabaco, algodão, laranja, mandioca e outros gêneros.

No século XVIII, com as reformas do Marquês de Pombal, Primeiro Ministro do Rei José I, os Jesuítas foram expulsos do Império Português, e, com isso as "fazendas" São Caetano (de Odivelas), Cabi (Colares) e Cruçá (Curuçá) se tornaram vilas e sedes de freguesias, e as de Guarapiranga (Penhalonga) e Mamaiacu (Porto Salvo), "lugares". Nestas fazendas os índios foram catequizados, instruídos, e sua mão de obra explorada na pesca, agricultura, pecuária, olaria e outras atividades.

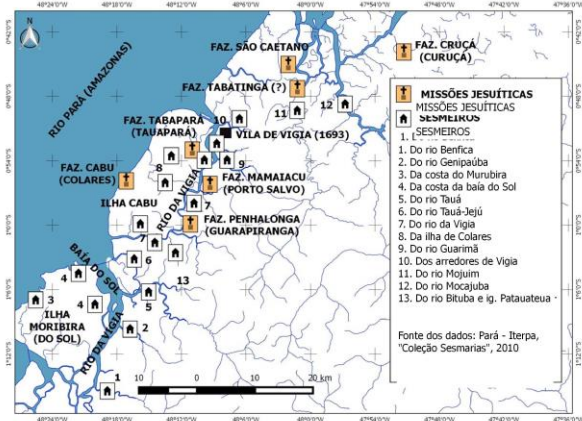
Entre Vigia e Belém surgiram duas outras freguesias: a de N. Sra. da Conceição de Benfica, em 1758, e a de N. Sra. do Ó de Mosqueiro, em 1880. Esta última incorporou as terras do rio Tauá ao Bituba e furo da Laura, onde existia uma ilha.

Formou-se uma sociedade rural, tipicamente ribeirinha, de colonos, caboclos e escravos.

No século XIX eclodiu a revolta da Cabanagem (1835-1839). Os cabanos se refugiaram pelos rios, onde foram duramente perseguidos pelas forças legais do Império. Ainda hoje se contam muitas histórias a respeito deles.

Por volta de 1890 já existiam localidades como Espírito Santo (originalmente chamada de Tauá ou Rio Tauá), Tracuateua, Santa Maria do Umbituba e Borrachos. Outras, como São Brás, Cacoal (Cocal), Triunfo e Santo Amaro eram sedes de pequenas fazendas. Muitos casos de violência, roubos e disputas de terra ocorreram naqueles tempos.

A agricultura tinha entrado em decadência, e a população passou a se dedicar ao trabalho nas serrarias e olarias, à pesca, e à extração de argila ("tauá"), madeiras, e "seringa" (látex), que foi explorada por algum tempo.



Acima:  
MAPA DAS MISSÕES JESUÍTICAS E SESMARIAS em 1750 -  
no litoral paraense, de Benfica a Curuçá

Elaboração: Estêvão J. S. Barbosa



Ao lado e acima:  
VILA DO ESPÍRITO SANTO, ÀS MARGENS DO  
RIO TAUÁ - Década de 1970

Fonte: Paróquia de Santo Antônio de Lisboa, acervo  
do Sr. Manoel Ramos (Carequinha)

**Apêndice E: Mapeamento do território e das famílias.**

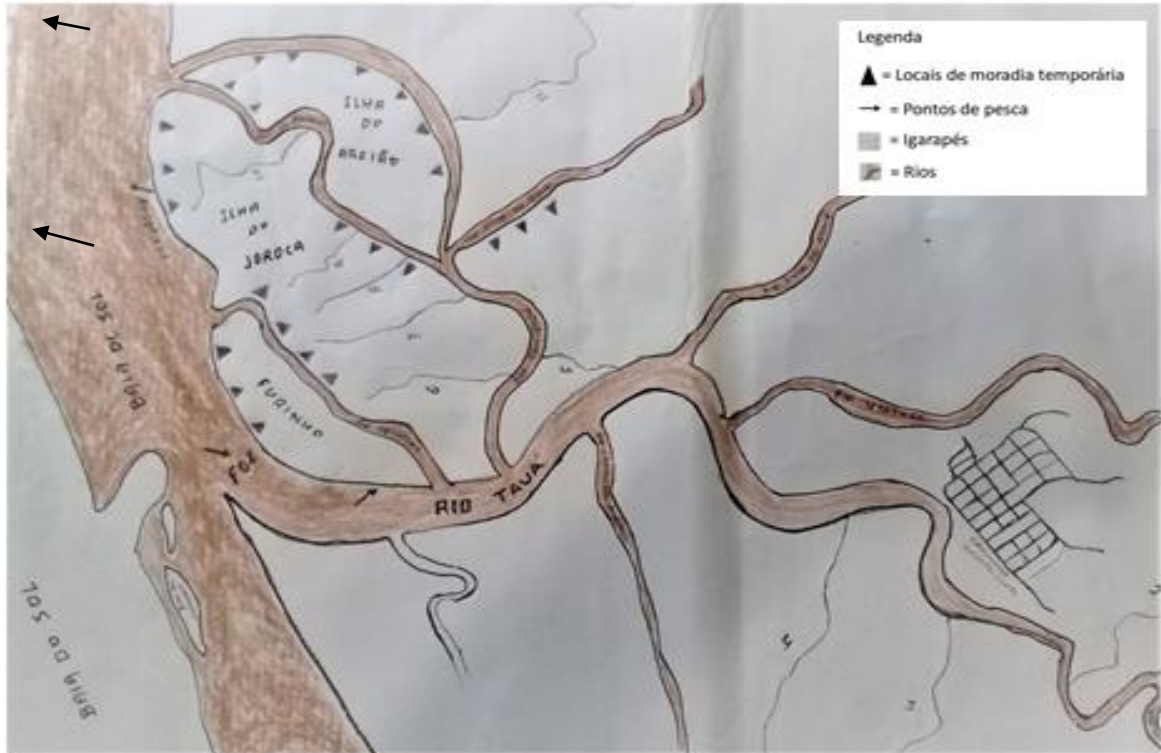


Figura - O mapa mental da comunidade de Espírito Santo do Tauá e seus locais de pesca elaborado por Adriano Soares Barbosa, Ronaldo Soares Barbosa, Adenilse Borralhos Barbosa, Antônio Rosa Silva Damasceno e Felício Medeiros Barata moradores da comunidade e pescadores artesanais.